

CONTESTADO

"O medo é o pior inimigo da nação" (P. Evaristo Arns).

CONTESTADO. ano 1/ No. 3/ março de 1978.

Preço Cr\$ 5,00



BESC financia
empresas do sogro de Paulo Konder
Bornhausen e perde 35 milhões. E seu
irmão Jorge, presidente do BESC
candidato a governador,
não tem nada com isso?
(pág. 4)

Joaçaba:
de como a Arena
ganha as eleições,
esmaga a oposição e
perpetua seu domínio
político no interior
(pág. 9)

Cresce a luta
nacional por uma anistia
ampla e irrestrita.
(pág. 8)

Criciúma: a greve
dos operários da Cecrisa
que ninguém noticiou.
(pág. 3)

TODO
HOMEM
TEM
DIREITO
À INSTRU-
ÇÃO

Editorial

TODO HOMEM TEM DIREITO À INSTRUÇÃO. O conteúdo claro e preciso deste trecho da Declaração dos Direitos do Homem expressa ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações civilizadas.

Sendo um direito de todos, a educação é também um patrimônio da humanidade inteira, e uma conquista da civilização. Por isso, a mesma Declaração, afirma a necessidade de que os esforços governamentais se concentrem, de preferência, na instrução dos povos, em todos os níveis de ensino.

E qual é a situação do ensino no Brasil? Como o governo, o regime respondem, na prática, às exigências da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário?

Os problemas da educação, no Brasil, começam já na fase pré-escolar de ensino. Em 1974, havia no país 16 milhões de crianças de 2 a 6 anos (idade pré-escolar), mas só 529 mil — uma minoria de 4% — frequentavam as escassas e congestionadas salas de aulas existentes.

O drama da falta de escolas diminuiu um pouco no 1.º grau de ensino, obrigatório por lei. Mesmo assim, 2,5 milhões de crianças brasileiras em idade para frequentar o 1.º grau, simplesmente não têm escolas.

E é no 1.º grau que se manifesta, com rigor, outra realidade da educação no país: a dos que não aprendem, mesmo

tendo acesso à escola.

É que existe uma relação muito estreita entre desnutrição e capacidade de aprendizagem. No Estado mais rico, São Paulo, os índices mostram que 80% dos que começam o 1.º grau não o terminam, por deficiências físicas e mentais.

Em S. Catarina, uma pesquisa mostrou que mais de 76% dos alunos de 1.º grau da zona rural, sofriam de desnutrição, de gravidade variável até o mais elevado grau.

Qualquer professor de 1.º grau, de rede pública de ensino, sabe que a pobreza e a desnutrição são barreiras poderosíssimas para o aprendizado dos alunos mais carentes.

Para os (cerca de) 12% de crianças brasileiras que puderam concluir o 1.º grau, o obstáculo seguinte a vencer é o custo do ensino.

No 2.º grau começa a se aprofundar um processo que alcança seus limites extremos na educação superior — a mercantilização do ensino, ou seja, escolas voltadas cada vez mais para o lucro, e cada vez menos acessíveis a alunos mais carentes.

O custo cada vez mais alto da educação, de outro lado, não corresponde a uma melhoria da qualidade. Daí a proliferação dos cursinhos, que pretendem suprir as deficiências acumuladas até o fim do 2º grau e a Universidade.

E no atual regime de vestibular, a condição social do candidato é fundamental: quem não pode pagar cursinhos dificilmente obtém su-

cesso em seu esforço de instruir-se.

Para atender à crescente procura de oportunidades no ensino superior, o Governo incentivou a multiplicação das instituições privadas. Das 155 mil vagas de ensino universitário, 87 mil eram em instituições públicas. Das 1 milhão 117 mil vagas de 1977, apenas 403 mil eram de escolas públicas.

A expansão do ensino universitário particular se deu pela instalação apressada de escolas superiores voltadas para o lucro — o conhecimento vendido como uma mercadoria. Os programas são mal elaborados, as disciplinas mal ministradas, os laboratórios desequipados, as direções autocráticas, o nível de ensino muito abaixo dos crescentes níveis de anuidades e taxas.

Essa privatização do ensino superior tem um destino certo: criar um consenso de que a educação superior deve ser paga, enquanto as faculdades particulares absorvem os excedentes dos vestibulares oficiais.

De qualquer modo, não há como negar que houve uma expansão quantitativa no ensino superior, ainda que as verbas para a educação tenham diminuído de 11,07% em 1965 para 4,00% em 1976 no Orçamento da União.

O que se questiona é a forma como se deu essa expansão, e a que interesses ela serve. Pois não se reformulou o conteúdo do ensino, não se desenvolveu adequadamente a pesquisa,

não se cuidou do magistério, não se ampliaram laboratórios, bibliotecas, equipamentos e instalações.

A expansão foi, na verdade, uma resposta às reivindicações empresariais — nacionais e estrangeiras — de mão-de-obra qualificada e abundante, para atender às exigências do crescimento econômico capitalista.

A sociedade, o povo paga e sustenta o ensino superior para uma pequena minoria de privilegiados, que vão servir depois às grandes empresas — nacionais e multinacionais — aumentando-lhes os lucros e o domínio na economia.

E se são beneficiários da estrutura educacional brasileira as classes dominantes, os ricos e os bem-nascidos, quem são os prejudicados? A conta de prejuízo é paga por milhões de operários, trabalhadores do campo, assalariados em geral.

São os filhos das famílias de menor renda os primeiros a nem iniciar os estudos ou a desistir da escola. Da educação pré-escolar à universidade vão se estreitando dramaticamente as oportunidades de ensino das classes populares.

Se as famílias de menor renda não podem custear o ensino pré-primário dos seus filhos; se no 1.º grau as necessidades de sobrevivência e a desnutrição os obrigam à desistência ou evasão (ou ao aprendizado precário); se do 2.º grau em diante — num processo que se agrava na Universidade — são eles obrigados a trabalhar para pagar os estudos; se possuem pouco tempo

disponível para estudar a limitados recursos para adquirir livros e materiais, fica claro quem são as grandes vítimas, de um sistema injusto, elitista e anti-democrático.

Claro está também que a educação, no Brasil, atende às necessidades de uma economia que concentra a riqueza e a renda nas mãos de uma minoria, ao mesmo tempo em que perpetua — em favor das elites dominantes — o monopólio da instrução.

O sistema educacional brasileiro serve, também, e se subordina ao regime político vigente, fechado e autoritário.

Basta ver, neste ponto, que a autonomia universitária foi reduzida a meras questões burocráticas, pois reitores devem rezar pela cartilha oficial, professores devem ser submetidos ao crivo dos órgãos de segurança e estudantes estão sujeitos aos rigores do Decreto-Lei 477 ou da Lei de Segurança Nacional.

Tudo isto significa que as crises e contradições que envolvem a educação no Brasil, são apenas o reflexo das crises e contradições que amarguram toda a sociedade brasileira.

Daí, ainda uma vez, a necessidade de ser a luta pelas liberdades democráticas. Só num país livre, onde a sociedade em geral e os trabalhadores em particular poderão deter o controle e determinar a direção e o destino do sistema educacional, voltando-o para os interesses e as aspirações da grande maioria de população.

TRABALHO E JUSTIÇA PARA TODOS

— Urgente e necessária pretensão que todos possam trabalhar, e que no trabalho sejam observadas as regras da justiça — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (CNBB) lançou a 15ª **Campanha da Fraternidade**. A Campanha quer atingir principalmente o complexo mundo do trabalho em que todos estamos envolvidos e no qual acontecem tantas faltas de fraternidade. O "slogan" é **"TRABALHO E JUSTIÇA PARA TODOS"**, aliás urgente e necessário para o Brasil, pois quando há justiça e há trabalho para todos, o resultado natural disto é a divisão fraterna das riquezas que o trabalho gerou.

PORQUE URGENTE

O trabalho é um meio de realização pessoal: Dominando a natureza, o homem torna-se mais homem. **Mas grande número de brasileiros, não tem emprego.** A exploração do índio, do escravo africano e dos indefesos representam páginas tristes da nossa história e sua herança ainda não desapareceu.

O aliciamento pelo progresso nas cidades, e nos centros industriais, vem provocando o êxodo rural (mudança das pessoas do campo para a cidade), fazendo inchar as periferias das cidades gerando desemprego e deixando em condições precárias de saúde, alimentação e habitação, muitas pessoas.

A ganância de lucros sem freios e uma requintada técnica de publicidade geram a manutenção de salários baixos e por outro lado, o desperdício dos magros lucros em artigos supérfluos.

Para a imensa maioria dos trabalhadores brasileiros, o mundo do trabalho não oferece perspectivas de melhora por falta de participação e inexistência de organismos de classe autênticos.

Os sindicatos de classe, são uma conquista básica no mundo do trabalho e que



precisam ser livres e suficientemente fortes para reivindicar os direitos dos seus associados.

PORQUE NECESSÁRIO

Porque enquanto todos não puderem trabalhar e, enquanto as regras da justiça não forem observadas, a fraternidade perfeita não será possível.

A IGREJA E O TRABALHO

Embora o trabalho não seja o fim ou o valor supremo da vida humana, no entanto,

tem valor em si mesmo e é querido por Deus. É vocação do homem, "construir o mundo", dominar a terra com o suor de seu rosto. Pelo trabalho o homem coopera com o Criador e se realiza como pessoa. Trabalho não é sinônimo de dinheiro. Na raiz de certos sistemas econômicos, como o capitalismo, há esta concepção do trabalho, que longe de construir para a libertação do homem ou de alimentar o sentido do dever e da caridade, o torna desumanizante e opressor.

RELAÇÃO ENTRE DEUS E O HOMEM

Muitos, principalmente aqueles para os quais "Trabalho e Justiça Para Todos" é uma campanha incômoda, poderiam estranhar e discordar da preocupação da Igreja para com os indefesos e marginalizados. É que descobriu-se ser impossível haver evangelização sem promoção humana; é impossível fazer com que o homem ame a Deus sem que ame o próximo.

A Bíblia é clara entre a estreita relação entre Deus e o Próximo: desprezar o outro, explorar o operário humilde e pobre, não pagar salário justo é ofender a Deus. Inversamente, conhecer, ou seja, amar a Deus é fazer a justiça ao pobre e humilhado.

CRISTO NO PRÓXIMO

A parábola do Juízo final, parece resumir o essencial da mensagem evangélica: "tive fome e não me deste de comer; tive sede e não me deste de beber... porque todas as vezes que deixaste de fazer isto a um destes mais pequeninos, também a mim deixaste de fazê-lo". Jesus Cristo, dá um destaque à comunhão e à fraternidade como sentido da existência humana, a insistência em um amor que se dá em gestos concretos, acentuando a primazia do fazer sobre o simples saber.

O HOMEM TEMPLO DE DEUS

Desde que Deus se fez homem em Jesus Cristo, e humanidade, cada homem, a história, é o templo vivo de Deus. Assim, é no templo de pedras vivas, homens estreitamente relacionados entre si, que fazem juntos o edifício da história e formam-se a si próprios Deus, revela-se na história e também nela se realiza nosso encontro com sua palavra feita carne. Encontramos o senhor nos nossos encontros com os homens particularmente nos mais pobres, marginalizados e exploradores por outros homens. Um gesto de amor para com eles, é um gesto para Deus.

QUEM É O PRÓXIMO HOJE

Cumprir evitar cair em caridade de tipo individualista. O próximo, não é apenas o homem tomado individualmente. O próximo, é muito mais o homem no complexo de seu envolvimento econômico, social, cultural, radical. É igualmente a classe social explorada, o povo dominado, a raça marginalizada. Assim a caridade hoje, é uma caridade política, pois em nossos dias dar de comer e de beber significa a transformação de uma sociedade estruturada em benefício de poucos que se apropriam do lucro do trabalho dos demais.

RESTA LUTAR

Quem entendeu estas verdades de Jesus Cristo que veio trazer nova vida de vida integral a todos os seres humanos, não resistirá aos apelos deste Centro da história. Assim, a Campanha da Fraternidade provocará formidáveis gestos concretos e atitudes permanentes que irão revolucionar o mundo do trabalho. Crescerá a confiança da justiça, haverá gestos de reconciliação surgirão novos tipos de relacionamento no trabalho, eliminar-se-á a exploração.

Uma fusão para frear a oposição

OPERÁRIOS

Para não terem de repetir as vergonhosas manobras que impediram por várias vezes a chegada dos operários mais consequentes à direção do sindicato dos mineiros de Rio Maina, os pelegos aliados às autoridades do Ministério do Trabalho, estão propondo uma fusão com o sindicato da mesma categoria de Criciúma, nas mãos de um ex-interventor posteriormente eleito numa eleição fraudulenta, Aristides Filisbino.

"Oficialmente", Filisbino é o mentor da fusão. E justifica sua posição alegando que "a mecanização das minas diminuiu a mão de obra, logo o número de associados do sindicato não cresce, tendendo mesmo a diminuir. E caso continuem divididos (Rio Maina e Criciúma), não haverá a ilegalidade do sindicato de Rio Maina, baseado numa Lei que proíbe a existência "de dois sindicatos da mesma categoria num mesmo município".

Fato intrigante este, principalmente para os operários que perguntam porque só agora é levantada esta ilegali-

dade se o sindicato está funcionando "há tanto tempo?" Mas a pergunta não chega a ressoar na interrogação para receber uma resposta imediata: "é mais uma manobra para manter os vendidos aos donos das minas num lugar que é nosso".

HOMEM DE CONFIANÇA

Entretanto, Filisbino insiste que o movimento em favor da fusão teve início em fins de 1977, quando o Ministro do Trabalho autorizou a extensão territorial do sindicato de Rio Maina, que consequentemente absorveria muitos dos associados do sindicato de Criciúma. Mas a mentira de Filisbino tem pernas curtas e não andam bem. A dita autorização foi fornecida em 28 de fevereiro de 1974 sob o processo M.T.B. número 309, e encontra-se na sede do sindicato de Rio Maina.

E os operários, o que dizem? De todos os entrevistados e preocupados com uma atuação do órgão em benefí-

cio da classe, a resposta de um jovem mineiro com cinco anos de profissão, tem o alcance geral: "o que interessa é que o sindicato seja livre e os pelegos saiam de lá".

O próprio Luiz Mendes Xavier, candidato várias vezes vitorioso ao sindicato de Rio Maina, sem ter podido tomar posse afirma: "admito que o nosso sindicato é ilegal, pois não pode haver dois da mesma categoria num mesmo município. Mas o sindicato de Rio Maina existe desde 1962, e porque só agora eles falam em fusão? Justamente num momento em que se tornava inevitável que ele caísse nas mãos dos operários? Até os donos das minas estão defendendo esta posição". No entanto para Xavier, "o mais importante é que o sindicato seja livre". E conclui: "se houver a fusão, mas o sindicato tornar-se uma arma dos trabalhadores, tá bom. O importante é que ele seja um instrumento de defesa dos reais interesses dos operários".

Para alguns ex-líderes da classe, no gozo das precárias

aposentadorias, mas ainda com os olhos voltados para as lutas sindicais, a situação se define da seguinte forma: "no sindicato de Rio Maina, a oposição já ganhou as eleições várias vezes, e os donos da mina têm medo que o sindicato caia nas mãos dos trabalhadores, por isso são os primeiros interessados na fusão. Porque tal fato acontecendo, a direção do sindicato ficará com o Aristides Felisbino que é homem de confiança dos donos da mina, e prova disto é que ele já foi interventor indicado pelos patrões. "O Felisbino - raciocinava outro - tem mais um ano de mandato, e quando o prazo terminar eles podem fazer a mesma sujeira que fizeram no sindicato de Rio Maina onde os trabalhadores já ganharam cinco eleições e não puderam tomar posse. Assim os donos das minas garantem o sindicato por mais uns quatro ou cinco anos, se o Brasil não voltar à democracia".

Ou ainda, em outra opinião: "ao terminar o mandato do Felisbino, um homem de confiança dos patrões, as autoridades do trabalho poderão

alegar que ele deve continuar no governo até acabar uma nova sede do sindicato que está concluindo, e onde estão sendo gastos milhões de cruzeiros, pois já fizeram isto uma vez no sindicato de Rio Maina, que muitas vezes negaram eleições por que havia uma obra em construção".

MANOBRAS

Apesar das afirmativas do Felisbino, alguns trabalhadores mais atentos asseguram que a idéia de fusão só saiu à rua recentemente, ou melhor, logo após a uma visita do atual Ministro do Trabalho àquela cidade, "por coincidência".

Nestas manobras, porém, acontece um fato surpreendente. A juntagovernativa do sindicato de Rio Maina, se mostra contrária a fusão. E neste ponto os operários têm posições diferentes. Uns alegam que é porque os atuais dirigentes não querem "perder a mamata que possuem", enquanto outros vêem nesta atitude, uma forma de dividir os operários: "Querem jogar o pessoal do sindicato de Rio Maina contra o de Criciúma."

A greve da Cocrisa

Os dois mil operários da indústria de cerâmica COCRISA, em Criciúma, esperavam ansiosos o pagamento de fevereiro. Afinal, setores ligados a direção da empresa haviam prometido um aumento entre 20% e 28%. Mas no dia nove, feitas as contas, viram que o aumento não passara de 16% elevando o salário da grande maioria para apenas Cr\$ 1.800,00.

A reação espontânea foi imediata. No dia seguinte todos foram trabalhar mas já paralisavam uma seção. No dia 11 não funcionavam cinco fornos, uma esmaltadeira e uma seção de escolha e nas outras, se desenvolvia uma operação tartaruga. Nesses dois dias, tímidos piquetes se formavam num trabalho de persuasão vom visitas às casas dos operários pedindo solidariedade e adesão.

Os operários, em sua maioria jovens entre 15 e 25 anos, marcaram uma reunião com a direção da empresa para a noite do dia 11, pensando em reivindicar o aumento o prometido. Ao chegarem na fábrica foram recebidos por policiais à paisana, que sem se identificarem, provocavam discussões sobre os baixos salários e as péssimas condições de trabalho. De repente, a discussão esquentou e um operário reclamou da injustiça em tom mais alto.

"Estás nervosinho? Vem cá, vamos lá prá delegacia que eu vou te mostrar o que é lei nacional". A resposta foi pronta.

Outro operário reclamou que o salário não dava nem para pagar um par de sapatos e novamente outro policial se identificou: "Você disse que o ordenado não dá nem para pagar um par de sapatos. Vamos lá prá delegacia que você vai ganhar um par de sapatos de graça no meio da testa".

No final três operários foram levados para a delegacia e interrogados sob ameaças e espancamentos. Ameaçando levá-los para Curitiba, onde a repressão é mais violenta, os policiais queriam identificar "o cabeça". Após, foram obrigados a assinarem uma folha em branco, onde apenas estava escrito em letras garrafais: enquadrados na lei de segurança nacional.

Ainda nessa noite foram levados para a prisão de Santa Augusta. Lá, foram obrigados a tomar banho frio e num corredor, tiveram que fazer 40 flexões e depois cantarem o Hino Nacional. Sem mesmo colchões, ficaram de sábado até terça-feira incomunicáveis e sem comida enquanto os policiais ameaçavam os familiares: "Saíam daqui senão vocês vão presos também".

O SEU DIOMÍCIO É QUE MANDA

Um dos familiares foi pedir ao delegado para soltar seu filho e ouviu um esclarecimento inesperado. "seu Diomício é que decide. Só ele pode resolver esse assunto". Diomício Freitas, um dos ho-



"Mas um dia as chaminés anunciarão a liberdade"

mens mais ricos de Santa Catarina, é dono de um grande complexo industrial, possui várias minas de carvão, é proprietário de uma das rádios da cidade e ganhou a concessão DE UM CANAL DE TELEVISÃO. Arenista inscrito, tem em sua folha de pagamento, o ex-comandante do III Exército, general da reserva Oscar Luiz da Silva.

Seu poder se estende além da polícia. Procurado para tomar alguma providência, o

presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (que cobre a indústria de cerâmica), Amauri Isaías Lúcio, vogal na Junta de Conciliação e Julgamento, também lembrou o diretor da COCRISA. "O seu Diomício é que sabe. Ele é que manda. Podem deixar que está tudo bem".

A partir de domingo, dia 12, o trabalho recomeçou na COCRISA, mas segunda-feira, a dispensa em massa foi ini-

ciada. Até meados de março cerca de 40 empregados haviam sido demitidos e, entre eles, um parente do dono. Diomício Freitas justificou: "Não adianta, quando tem galha ruim na família não adianta". Imediatamente a maioria dos operários despedidos foi ao sindicato inutilmente reclamar já que não receberam nenhum dos direitos trabalhistas.

Filosoficamente, o pelego lembrou: "depois que a firma bota na rua o operário não tem o direito de reclamar". E não se esqueceu de advertir com gravidade. "Vocês não podem reclamar isso aí. Se vocês reclamam podem ser presos. E se lembrem que a COCRISA é que paga melhor". Essa advertência já havia sido feita na própria fábrica. Entre um dos guardas da empresa dissera que se "o seu Diomício quiser, e ele manda a polícia buscá vocês em casa".

A reação de Diomício Freitas (que teria graves prejuízos mesmo com uma paralisação pequena pois um forno de cerâmica leva quatro dias para esquentar) não teve consequências. Na cidade, há um silêncio total sobre a greve. Na delegacia nada consta, na empresa está proibido tocar no assunto e o presidente do sindicato foge às perguntas. Os jornais nada noticiaram e os operários prejudicados estão amedrontados sem definirem, ainda, qual a atitude a tomar.

ESCÂNDALO BESC

Jorge é irmão de Paulo, que é genro de Alberto, que é dono de empresas (em dificuldades) no Paraná. O BESC, que é presidido por Jorge (que é primo de Antônio Carlos, governador), empresta 35 milhões para as empresas do sogro do seu irmão. Os empréstimos ferem diversas normas do B. Central. As empresas, dias depois, entram em concordata. Em qualquer país do mundo, o presidente do banco seria demitido. Aqui, é candidato ao governo do Estado.

O Banco do Estado de Santa Catarina - BESC - presidido pelo candidato a governador Jorge Konder Bornhausen (primo do atual, Antônio Carlos Konder Reis) concedeu financiamento da ordem de 35 milhões de cruzeiros a duas firmas do interior do Paraná que pediram concordata poucos dias depois do empréstimo.

As empresas - Oleolar - de Ceu Azul, e Frigorífico Medianeira, de Medianeira, pertencem ao Grupo Alberto Dalcanalle, sogro de Paulo Konder Bornhausen, irmão do Presidente do BESC.

A denúncia foi feita pelo presidente do MDB catarinense, Dejandir Dalpasquale, que coletou farta documentação sobre o que denominou "escândalo

BESC". Dalpasquale aguarda, no momento, um novo lote de informações do Paraná: "é bem possível que consigamos provar que o rombo nos cofres do BESC não foi apenas de 35 milhões, mas sim de 100 milhões de cruzeiros".

O Presidente do MDB catarinense, criticou violentamente a permanência das oligarquias Ramos (ex-PSD) e Konder-Bornhausen (ex-UDN) no comando do Estado: "ações como essa, do BESC, são decorrência de ligações familiares da oligarquia, cujo procedimento mais comum é o atendimento, em primeiro lugar, daqueles que lhes são apadrinhados".

Os documentos em mãos do MDB, mostram que a OLEOLAR, solicitou concordata preventiva com um

prejuízo de 332.940.001,85, atestado no balanço geral apresentado à justiça no dia da concordata, 22 de novembro de 1977.

Para o MDB isso significa que a filial do BESC em Curitiba, com assentimento da Presidência do Banco (empréstimos de mais de cem mil cruzeiros exigem autorização expressa da Diretoria), não verificou os balanços dos últimos seis meses da firma a ser beneficiada, como manda o Banco Central. "Se em novembro os prejuízos já eram tão grandes, um mês antes, quando o BESC aplicou o dinheiro, eles não deviam ser tão menores. E uma firma com prejuízo não pode ganhar empréstimos" - argumenta o presidente do MDB.

Outra praxe do Banco Central que não foi obser-

vada pelo BESC é o impedimento dos bancos em conceder financiamentos para firmas que não estejam em dia com seus encargos fiscais e previdenciários.

A OLEOLAR devia Cr\$ 13.907.962,52 para o INPS, Funrural IR, FGTS, PIS e outros.

O Frigorífico (que pediu concordata em 23 de novembro de 77) Medianeira tinha dívidas de Cr\$ 13.650.592,91, e desse total Cr\$ 22.110,43 eram de salários atrasados.

O presidente do MDB, demonstra ainda que o BESC ignorou, no ato do empréstimo, as quase duas dezenas de títulos protestados do Frigorífico Medianeira no tabelionato de notas do 1º Ofício, de Medianeira. "O Banco Central não admite injeção de ver-

bas em firmas com títulos protestados" - diz ele.

A OLEOLAR recebeu, do BESC, três parcelas de financiamento: uma de Cr\$ 8.436.554,79, outra de Cr\$ 10.220.000,00 e outra ainda de Cr\$ 12.405.000,00 a título de adiantamento com contratos de câmbio.

O Frigorífico Medianeira foi subsidiado com duas parcelas: Cr\$ 377.831,80 e outra de Cr\$ 2.688.000,00.

Dejandir Dalpasquale diz estar particularmente surpreso "com a boa vontade do BESC para com industriais do interior de outro Estado enquanto que aqui mesmo, em Santa Catarina, empresas de posição econômica-financeira sólida não conseguem auxílio com tanta facilidade".

Rosana Bond



Antonio Carlos Konder



Jorge Konder Bornhausen



Paulo Konder Bornhausen

Na briga das oligarquias onde fica o povo

A luta pela sucessão estadual é uma disputa de elites, nos bastidores. O povo não participa. O candidato mais forte parece ser o presidente do BESC, Jorge Konder Bornhausen, um legítimo representante de uma das oligarquias catarinenses, inclusive pelo sobrenome.

Elaine Borges

Poderá o Planalto indicar um Konder Bornhausen para substituir um Konder Reis? Esta pergunta vem sendo insistentemente feita nos meios políticos catarinenses e hoje a resposta é "sim". Isto é, Santa Catarina poderá ter, a partir de março próximo, como governador o Senhor Jorge Konder Bornhausen, primo de Antônio Carlos Konder Reis.

O que representa para Santa Catarina vir a ser governada por um herdeiro direto dos Bornhausen, o forte grupo udenista que tinha como líder maior o ex-Governador Irineu Bornhausen, pai de Jorge? Para muitos, o fato do Presidente do BESC ser primo de Konder Reis nada significa. Lembram que ele é jovem (41 anos) e, portanto, desvinculado dos vícios dos velhos políticos e o que é mais importante - um bom administrador que conhece realmente seu Estado.

Esta, no entanto, não é a resposta de outros que temem ver na figura de Jorge Konder Bornhausen um continuador de velhos es-

quemas e compromissos de grupos fechados que há várias décadas dominam o Estado. São, por exemplo, os deputados da bancada federal, que vêm realizando frequentes reuniões tendo como tema básico a sucessão catarinense.

Na verdade, há quem aponte um pecado capital desse grupo favorável a renovação. Dos nove integrantes da bancada federal pelo menos três já se declararam oficialmente candidatos a candidatos ao Governo. São eles o vice-presidente da Câmara Federal, João Linhares, Wilmar Dalagnol e Ademar Guizzi. E em todas as reuniões realizadas até hoje por este grupo não saiu nenhuma declaração formal de que um apoiaria o outro, caso não fosse ele o escolhido. Não chegaram, portanto, a nenhum consenso.

Por outro lado, outros nomes surgem aspirantes ao cargo mas que - ao contrário de Jorge Bornhausen - não contam com nenhuma campanha publicitária, nem telegramas de apoio e nem

títulos de cidadão honorário de vários municípios do Estado. São eles o Secretário da Agricultura, Vitor Fontana, o presidente da PRODASC, Francisco Grillo e o presidente da Arena regional, senador Lenoir Vargas Ferreira.

A pergunta básica é: qual desses nomes apontados governaria de fato seu Estado fazendo um governo voltado totalmente para os catarinenses e sem compromissos negativos para seu povo?

Esta, no entanto, não chega a ser a pergunta mais importante. Na verdade, em termos de sucessão - catarinense ou não - o mais importante é indagar: está o povo, a opinião pública, realmente envolvida na escolha daquele que administrará o seu Estado ou País?

Vale a pena um aspirante ao cargo mais importante em seu Estado expor, através dos jornais, seu programa de governo caso venha a ser ele escolhido? Mas de que adiantará ao povo em geral ter conhecimento de que um determinado candidato pensa em

incentivar mais a agricultura, ou construir mais escolas, ou pagar melhor os professores, se a ele não é dado o direito de escolher, de votar em seu candidato ideal?

Portanto, a sucessão hoje é um tema que só envolve determinados grupos ou pessoas. São poucos, no entanto, os que chegam a se entusiasmar com o assunto já que eles não serão chamados a opinar através do voto. O argumento de que tendo o eleitor votado num determinado deputado deu a este o direito de, no seu lugar, escolher o governador na verdade peca na base já que quando o eleitor votou não existia o "pacote de abril" que mudou todo o sistema de escolha a instituiu as eleições indiretas para Governadores.

Assim, é bem possível que o novo Governador de Santa Catarina venha a ser Jorge Konder Bornhausen. Como também é possível que seja o senador Lenoir Vargas Ferreira ou o Secretário da Agricultura Vitor Fontana. Quem tiver condições de apontar

os verdadeiros critérios que o Planalto adotará para escolher os Governadores do País certamente já sabe quem governará Santa Catarina. Mas existem, de fato, critérios? E estes valem para todos os Estados ou cada caso é um caso?

O excessivo domínio de determinados Estados é visto com bons olhos no Planalto? Ou eles pensam em terminar com as oligarquias e dar vez a novas lideranças? Quem responde a estas indagações?

O erro, como dizem todos os homens pensantes do país, está no sistema de Governo que vivemos, onde uma pessoa escolhe o Presidente de cem milhões de pessoas e grupos restritos escolhem o governador dos Estados brasileiros. Po isso, não será surpresa se estas pessoas acharem que Jorge Bornhausen, ou Vitor Fontana, ou João Linhares substituirão Konder Reis. A opinião pública ninguém perguntará nada. Se perguntassem, eles teriam seus critérios próprios e, certamente, saberiam escolher.

A consciência dos sertanejos se transforma

RESUMO

Vimos nos dois capítulos anteriores (veja CONTESTADO n.º 1 e n.º 2) de que forma criaram-se as condições para a eclosão da Guerra do Contestado. Esta guerra, ocorrida na região hoje conhecida por Planalto Norte Catarinense, Campos de Lages e Meio Oeste, (veja mapa CONTESTADO n.º 1) foi o ponto mais alto da luta de classes na região, onde se defrontaram de um lado, forças militares a serviço dos grandes latifundiários e empresas estrangeiras, e do outro, pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e marginalizados em geral.

Vimos no último, (CONTESTADO n.º 2) que o grande líder dos sertanejos, o monge José Maria, dado a perseguição de grandes proprietários, transferiu-se de Taquaruçu (Curitiba) para o Irani.

O Irani, na época fazia parte do município de Palmas (Paraná) e atravessava todo o estado de Santa Catarina, indo até a divisa com o Rio Grande do Sul. Esta região era disputada por Santa Catarina, que acabou integrando-a ao seu território. Existia na área, grande tensão política, dado a disputa pela terra entre posseiros e latifundiários. O monge José Maria, dizia a todos que estava sendo perseguido pelo poderoso "coronel" Albuquerque de Curitiba. Não tardou e o ajuntamento de miseráveis e pequenos proprietários em torno de José Maria, fez-se grande. Bastou isto, para que os poderosos da região, mobilizassem a Polícia Militar do Paraná, objetivando destruir o monge e seus seguidores, alegando que tratava-se de invasão de Catarinense às terras do Paraná.

O monge, bem como os sertanejos não desejavam esta luta. Tentando evitá-la, enviar emissários, para pedir ao comandante da tropa — coronel João Gualberto — para que desse tempo que o monge e seus seguidores, saíssem da área pacificamente. O coronel João Gualberto, que hoje é nome de uma grande avenida em Curitiba, disse não. Ao aproximar-se do Irani, o coronel falou aos latifundiários: "Eu vou fazer este falso monge desfilar num manicômio. Trouxe cordas para isto". Diante disto, os caboclos, em torno de presentes em armas, sob a liderança de José Maria prepararam-se para a luta inevitável. Na manhã de 22 de outubro de 1912, a tropa se aproxima de algumas casas de caboclos, e nota que nelas só havia velhos e que os mais jovens estariam rezando num acampamento próximo. Neste momento os militares são surpreendidos por uma emboscada de sertanejos. O coronel João Gualberto, organiza a tropa, colocando ao centro uma poderosa metralhadora. Os sertanejos porém, desarticulam os militares, atacando pelos lados, e mais de uma centena deles, munidos de facões de pau, ou de ferro, foices e lanças, entram num corpo a corpo com a tropa, demonstrando grande bravura e colocando os militares em pânico, que batem em retirada. Após a luta, algumas dezenas de cadáveres jaziam no campo de batalha. Entre eles, estavam os cadáveres do coronel João Gualberto e do monge José Maria.

CRESCE O DESESPERO E O ESPÍRITO MESSIÂNICO

Após a morte de José Maria, no combate do Irani, os sertanejos ficaram sem o seu grande líder. Mas como a guerra era inevitável, e a religião era um estímulo que não lhes poderia faltar, logo desenvolveram a crença na ressurreição de José Maria. A fé dos sertanejos dizia, que José Maria agora, fazia

parte do grande exército de São Sebastião e que ao ressuscitar, viria com este grande exército socorrer os sertanejos na guerra contra os grandes latifundiários. É importante observar que "São Sebastião, santo guerreiro, protetor dos homens contra a fome e a peste" fora eleito padroeiro de todo o sertão.

Assim, os sertanejos mais inteligentes e ativos, divulgaram amplamente que José Maria, brevemente iria ressuscitar em Taquaruçu (Curitiba) onde saíra perseguido pelos poderosos locais, alguns meses antes de morrer no combate do Irani. Com esta notícia, centenas de sertanejos deslocaram-se dos mais variados recantos em direção a Taquaruçu. Lá em alguns dias, centenas de barracos foram erguidos em torno da igreja (que já existia) e o vilarejo passou a chamar-se "cidade santa". A exaltação mística era grande a consciência dos sertanejos se transformava, a "cidade santa" crescia. Os grandes proprietários da época, assim como os de hoje, para quem um atentado contra a propriedade é o fim do mundo, mas um atentado contra a pessoa humana não é nada, sentiam sua riqueza ameaçada e planejavam destruir a "cidade santa".

FORMAÇÃO DE REDUTOS: O DESPERTAR DE UMA NOVA CONSCIÊNCIA

A área onde se desenrolou a Guerra do Contestado tem uma superfície de 28 mil km², portanto quase do tamanho de um país como a Holanda. Os sertanejos que direta ou indiretamente foram atingidos pela violência das empresas estrangeiras e grandes latifundiários, formavam uma massa "sem lar nem pão" que no auge da guerra chegou a 20 mil pessoas.

O Brasil da época, era "um país essencialmente agrícola" não existiam grandes cidades industrializadas capazes de oferecer algum emprego aos "escorraçados do campo. Se existissem, certamente os sertanejos do Contestado teriam emigrado para as cidades e lá, como acontece hoje, trabalhariam por um míngua salário para enriquecer os grandes capitalistas, transformando-se desta forma de famintos do campo em famintos da cidade. Mas os famintos daquela época ainda não tinham esta opção. Em consequência, passaram a desenvolver a prática da vida em comunidade. As comunidades devidamente organizadas, receberam o nome de redutos. Dezenas de redutos formavam-se aos poucos na região contestada.

Nos redutos, os sertanejos organizaram suas vidas, social, religiosa, econômica e politicamente de forma diferente à que levavam antes. Isto demonstra na prática, a transformação que se operava em suas consciências.

No início, a autoridade máxima do reduto era o chefe religioso ou vidente. Este, todos acreditavam, recebia ordens celestes de José Maria para retransmiti-las depois ao povo.

Surgia também uma nova religião tendo como figura central o monge José Maria, cuja ressurreição aguardavam para breve. Um padre de Lages que antes fora muito respeitado pelos sertanejos, ao visitar Taquaruçu, primeiro reduto importante, foi tratado de "cachorro" e "corvo". Admirado o padre falou: "Como é isto? Antes me respeitavam tanto e agora estão mudados? Que é isto?" Neste momento um dos líderes do reduto erguendo a espada exclamou: "Liberdade! Estamos agora em outro século!" Nesta mesma oportunidade, nenhum sertanejo compareceu a uma missa que o padre rezou no reduto.

A moral, sob todos os seus aspectos

mesma natureza, observa: "Para desencadear sua energia revolucionária, para ter a consciência de sua posição hostil ante os demais elementos da sociedade, para se constituir como classe, essa camada inferior deve começar por desfazer-se de tudo o que possa reconciliá-la com a ordem estabelecida..." Os redutos aprofundavam e possibilitavam justamente isto. Ali, o sertanejo de transformou de "morto sem sepultura", num autêntico ser humano. Ali, ele tomou posição definida, passando a agir como membro de uma classe que busca redenção. A vivência nos redutos, a ameaça dos inimigos, fez o sertanejo amadurecer. As práticas religiosas mágicas dão início, aos poucos deram lugar a um maior realismo. As horas destinadas a orações e penitência, diminuíram enquanto se intensificava a organização e práticas militares. Aos poucos

lução em qualquer país ou região e em qualquer momento da história.

MATANÇA E DESTRUIÇÃO DA CIDADE SANTA

A região contestada estava fervilhando. O caboclinho pobre, submisso, isolado, criado na mais cega obediência, agora levantava a cabeça e se afirmava como pessoa. Isto fazia mudar a relação de forças na região. Os grandes proprietários e empresas estrangeiras, sentiam seus privilégios, suas propriedades e sua autoridade ameaçadas. Assim, os poderosos da região, mobilizaram forças militares para destruir Taquaruçu, a "cidade santa". No primeiro intento, que juntou forças do Paraná e Santa Catarina, os sertanejos imprimiram às tropas do governo, vergonhosa derrota. Isto fez crescer o pânico junto às classes dominantes; enquanto aumentou a confiança dos sertanejos.

O mais poderoso latifundiário da região serrana, Vidal Ramos, era agora governador de Santa Catarina. Imediatamente, pos-se em marcha um novo plano para atacar e destruir Taquaruçu. Agora reunindo forças do Paraná, Santa Catarina e mais um destacamento de elite vindo diretamente da capital federal, ao todo somando em torno de 700 soldados, armados até os dentes e munidos de canhões capazes de bombardear o reduto de longa distância. Os sertanejos agora, estavam em grande desvantagem, tanto em homens (300) como em armas.

Tentando evitar a hedionda matança, um advogado do Rio de Janeiro impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, pedido de "Habeas-corpus" para os sertanejos de Taquaruçu, querendo assim, garantir-lhes liberdade de consciência e direito de reunião. Ao ser consultado, o governador Vidal Ramos pronunciou-se contra o "habeas-corpus". O S.T.F., fez o mesmo.

No dia 8 de fevereiro de 1914, Taquaruçu é atacada, com tiros de fuzil e metralhadoras e bombardeada pelos canhões com granadas explosivas. Os sertanejos armados com facões de pau ou de ferro, e com armas antigas cujos projéteis nem sequer cobriam a distância onde se encontrava o inimigo viram-se impelidos, à morte impotentes ou à fuga desordenada. Mesmo assim, resistiram durante todo o dia. Ao anoitecer, iniciaram a retirada. Atrás de si, estava a cidade santa incendiada. Dezenas de cadáveres de combatentes, bem como de velhos, mulheres e crianças contribuíam para aumentar as chamas.

As Cinzas de barracos e igrejas, que por curtos momentos, foram templos de homens livres, cadáveres de bois e cavalos e cadáveres humanos, agora fuçados pelos porcos, formavam um espetáculo ultrajante à consciência da nação. Estranha nação esta; que dispo de oito milhões e quinhentos mil km² de superfície, nega aos próprios filhos alguns palmos de chão para construir sua vida em paz.

A carnificina de Taquaruçu, propague a guerra por toda a região contestada, e o reduto mais importante passou a ser Caraguatá, para onde se transferiram os caboclos de Taquaruçu que escaparam com vida.

A HISTÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO CONTINUA NA PRÓXIMA EDIÇÃO DESTE JORNAL.



Tropas do Exército prontas para bombardear o reduto.

tos também mudou radicalmente. A moral sexual era rígida. As mulheres eram alvo de grande respeito. Fato ilustrativo ocorreu no reduto de Taquaruçu: Um jovem vidente e chefe religioso, certo dia falou ao povo que recebeu ordens de José Maria, para dormir com algumas virgens. Diante disto o povo irou-se, destituiu-o do cargo e ainda deu-lhe uma surra com vara de marmelo.

Mudança também radical, ocorreu quanto à consciência da propriedade. A propriedade privada foi totalmente abolida. Nos redutos, os bens materiais, eram de forma planejada e organizada, dividido entre todos com igualdade. A consciência imediata disto, foi que o sertanejo melhorou sensivelmente o seu padrão de vida. "Quem tem mói, quem não tem mói também e no fim todos ficarão iguais". "No reduto os que tinham tinham que auxiliar os que não tinham. Os que não queriam eram presos, e o que eles tinham era repartido. Tudo era irmão, o que um tinha, tinha que repartir." "Tudo era irmão irmão. (depoimentos de sertanejos dado a Queiroz.)

Havia horas reservadas para orações e penitências bem como para os treinamentos militares. A fé na nova religião, a castidade, o espírito de temperança, fraternidade, eram as virtudes máximas no reduto.

Se observarmos atentamente, veremos que o novo modo de vida que levavam os sertanejos era uma forma prática de negar o modo de vida dos seus maiores inimigos: os grandes proprietários. Um cientista e político alemão, ao analisar fatos desta

a autoridade máxima do reduto se transferiu do vidente e chefe religioso para um estrategista militar, destacando-se aí, o ex-posseso Chiquinho Alonso cuja honestidade inteligência e bravura, narraremos nos próximos capítulos. Os viveres para alimentação do povo, eram buscados nas redondezas, no início em forma de donativos ou compras, depois, em forma de desapropriação pura e simples. Os sertanejos que ainda não haviam tomado um posição, os indiferentes, no início eram convidados para visitar o reduto e lá permanecer, mais tarde, os que não aceitaram este convite, passaram a ser presos e recrutados a força. Enquanto isto os redutos se multiplicavam. Veja que grande transformação! A necessidade, a ação, a consciência interagiam transformando o desespero em esperança. Está aí, um fenômeno de grande importância para a análise política. As contradições internas do sistema, a injustiça insuportável, a união nos redutos, o aprofundamento da consciência de classe jogaram um feixe de luz na consciência das massas oprimidas, modificando-lhes as perspectivas de vida, ao mesmo tempo em que fez desabrochar nestas mesmas massas, uma hostilidade crescente em relação à ordem estabelecida, criando nelas um sentimento heróico, que vai até à morte na luta pela transformação da sociedade. É importante observar, que o novo estado de espírito das massas oprimidas, notadas neste último parágrafo, é pré-requisito essencial para o desencadeamento de uma revo-

Não se deve ensinar ao aluno somente a tabuada, o descobrimento do Brasil. Mas também tratar dos problemas atuais dos bairros, da cidade, da região e do país, pois a função histórica da escola é preparar o indivíduo para participar da construção social (leia mais sobre educação na página dois - editorial).

A verba para educação em 78 é a menor dos últimos 15 anos

A rede municipal de ensino, há poucos dias do início do ano letivo, estava com os prédios escolares em total abandono com vidraças quebradas, paredes esburacadas, telhas partidas, e o mato em algumas escolas, com mais de um metro de altura. A prefeitura para livrar-se dos encargos sociais, vem utilizando-se do expediente das bolsas de estudos para conseguir professores às suas escolas. Ou seja, com salários de Cr\$ 900,00, usa o estudante universitário para lecionar, em detrimento dos licenciados.

AO INVÉS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DITADO E TABUADA

"Isto — afirma um estudante professor — reflete diretamente na qualidade do ensino. No meu caso particular, que é o mesmo da grande maioria, só vou dar aulas, porque com este rendimento consigo ir equilibrando as despesas, para poder me formar na universidade. A gente vê que os alunos muitas vezes não aprendem direito, mas se não tenho tempo para preparar as aulas o que posso fazer?"

Segundo este estudante, duas alternativas lhe restam: continuar lecionando e concluir a universidade, ou desistir de tudo e sair para procurar um emprego, "pois o homem antes de tudo precisa comer". E conclui o seu raciocínio nos seguintes termos: "As crianças não aprendem mesmo é porque são quase sempre subnutridas. E de qualquer maneira, por um salário miserável, ninguém vai estar muito preocupado em estar preparando aulas. O jeito é continuar".

O Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura, professor Aderson Flores, embora alinhine uma série de dificuldades e desculpas para a situação, acaba por reconhecer que "não há verbas para a educação", admitindo que é mais fácil "conseguir recursos para asfaltar uma rua, do que para fins educacionais".

Também nas escolas estaduais a situação é desesperadora. E um exemplo serve para descrever a qualidade do ensino naquelas escolas: ao se aproximar o fim do ano letivo passado, em algumas escolas as diretoras mandaram os professores suspenderem as aulas de geografia e história e ensinarem português e matemática para os alunos que estavam concluindo o primeiro grau sem saber escrever e multiplicar.

AVANÇO PROGRESSIVO OU APROVAÇÃO POR DECRETO?

Valendo-se de uma lei federal, a 5.692. O Conselho estadual de Educação de Santa Catarina, determinou a implantação do que conhecemos por "avanço progressivo". Formas semelhantes a esta já existem há mais tempo em outros países e só funcionou naqueles, justamente, onde os alunos eram bem alimentados, os professores bem remunerados, e as escolas bem equipadas com aparelhos pedagógicos necessários a uma boa aprendizagem.

Ora, a realidade do Brasil é bem o inverso, e isto admitem muitos daqueles que dirigem a nossa educação. Grande parte dos alunos vão para as escolas mal alimentados em consequência das dificuldades econômicas das famílias. Os professores, além de uma remuneração quase que "simbólica", para ensinar dispõem apenas dos seguintes equipamentos pedagógicos: quadro negro, giz e saliva, segundo o professor Luiz Carlos Sobrinho.

Mas os problemas não param por aí. Em Florianópolis, durante o ano letivo de 1977, muitos alunos foram obrigados a assistirem as aulas de pe, por falta de cadeiras. Como a maioria dos colégios não possuem praças de esportes, as aulas de educação física são ministradas nos pátios, que no dizer de um professor "distrói e enerva mestres e alunos que estão nas salas".

Com a política de "encurtar distâncias", a partir de 1977, o governo do estado determinou que se colocassem numa sala de aula até 50 alunos que no comentário de um professor, "este aperto torna o slogan verdadeiro", enquanto para outros "esta prática constitui-se num crime contra o adolescente. De que maneira posso trabalhar numa sala com 50 alunos? Eles estão sendo terrivelmente prejudicados, perguntava e respondia um deles.

Existe ainda a dificuldade do currículo. Disciplinas como história, geografia, têm um número muito pequeno de aulas. A partir da sétima série, por exemplo elas acontecem apenas uma vez por semana. E para um professor de história, veja as consequências que acarretam, de acordo com o depoimento de um deles: "Para ganhar em torno de Cr\$4 mil tenho que dar 40 aulas semanais. Logo, leciono em 40 turmas, o que dá um total de aproximadamente 1.600 alunos. A pedagogia recomenda que se faça uma provinha no fim de cada unidade. E se assim fosse proceder, teria que fazer duas provas em cada turma mensalmente. Desta maneira seria obrigado a corrigir 3.200 provas todos os meses, o que demoraria cerca de 266 horas. No entanto, a lei trabalhista estabelece a jornada de trabalho em 208 horas por mês. É um paradoxo".

As freqüentes vidraças quebradas, falta de carteiras, fechaduras, para as portas, e goteiras nas salas de aula, levaram a diretora de uma escola do primeiro grau a fazer esta declaração, no final do ano passado: "De vez em quando promovemos uma festinha aqui no colégio, para arrumar algum dinheiro e ir contornando a situação. Só do meu bolso estou devendo Cr\$ 1.800,00 de compras que fiz para sanar alguns problemas destes".

E conclui uma professora do curso de pós graduação da Universidade Federal de Santa Catarina: "Para a realidade brasileira, o avanço

progressivo é impraticável. Mas o que nós temos em Santa Catarina é a aprovação por decreto, pura e simples, que só ainda não foi abolida, porque é uma forma do governo economizar em educação".

SALÁRIO DOS PAIS INTELIGÊNCIA DOS FILHOS

Hoje, no estado barriga verde, o aluno ao ingressar na escola logo cria a consciência de que até a oitava série, se tiver freqüência, será aprovado por decreto. "Isto contribui ainda mais para baixar o nível de ensino", garante a professora Maria da Glória. "Mas não é tudo", afirmam outros professores que opinaram sobre o assunto. "Apesar da aprovação por decreto há alunos que aprendem, porém, a maioria não".

Nas escolas públicas os alunos de uma mesma série são divididos em várias turmas: a, b, c, d... "As séries a, aprendem bem. As b, mais ou menos bem, mas da c em diante, os alunos apresentam grande dificuldades, havendo casos de analfabetismo entre elas", disse o universitário

José Luiz, que trabalhou como professor substituto durante o ano passado, e "intrigado com o problema", pesquisou a renda das famílias de uma escola de primeiro grau, chegando a seguinte conclusão: "Os alunos das turmas a e b, são filhos de famílias que alcançam bom rendimento mensal. Já das turmas c em diante, a maioria esmagadora dos alunos, pertencem a famílias com rendas insignificantes". Para José Luiz, os baixos salários, são os responsáveis pelo baixo nível do ensino. "Minha pesquisa mostrou, e vários colegas que tomaram conhecimento dela concordaram, que existe uma estreita relação entre os salários dos pais e a inteligência dos filhos".

AGORA: ANTES DO VESTIBULAR O MINI

O Instituto Estadual de Educação — IEE — realizou, em dezembro, passado exames de seleção para ingresso no segundo grau, quando compareceram 2.800 alunos para apenas 340 vagas, ou seja, oito candidatos para uma vaga.

A grande procura, se deu justamente porque há anos não se constrói mais escolas para o segundo grau. No entanto, a causa principal, reside, em ser o IEE, um dos poucos estabelecimentos de ensino do segundo grau, praticamente gratuitos. Fenômeno idêntico, ocorreu na Escola Técnica Federal de Santa Catarina — ETEFESC — onde a proporção candidato-vaga, foi a mesma.

E o que aconteceu com os alunos reprovados nestes exames de seleção? Os depoimentos dos próprios, mostra a elitização do ensino. E como se não bastasse o vestibular para o ingresso na universidade, surge agora, o "mini vestibular", que certamente promoverá no seu bojo o surgimento de empresas tipo "cursinhos" onde somente o indivíduo que tiver dinheiro terá condições de fazer, com maior probabilidade de ser aprovado do primeiro para o segundo grau.

Oswaldo Moreira Makoviesky, residente à rua Araranguá, foi reprovado no teste de seleção do IEE e vai ficar sem estudar. "Somos cinco irmãos. Meu pai é falecido e o que minha mãe recebe como salário, mal dá para o sustento da família. Tenho 17 anos e tá difícil de conseguir trabalho. Vou mesmo parar de estudar este ano. E volto no ano que vem, se arrumar algum emprego".

Mauro Makowisk, mora na rua Cruz de Souza, 46, fundos, e também não conseguiu aprovação nos exames do IEE para ingressar no segundo grau. "Não tenho condições de pagar mensalidade num outro colégio, pois não consigo trabalho e o salário do meu pai que ganha como pedreiro é bastante pequeno para sustentar nossa família que é numerosa". Em situação idêntica, encontra-se sua irmã.

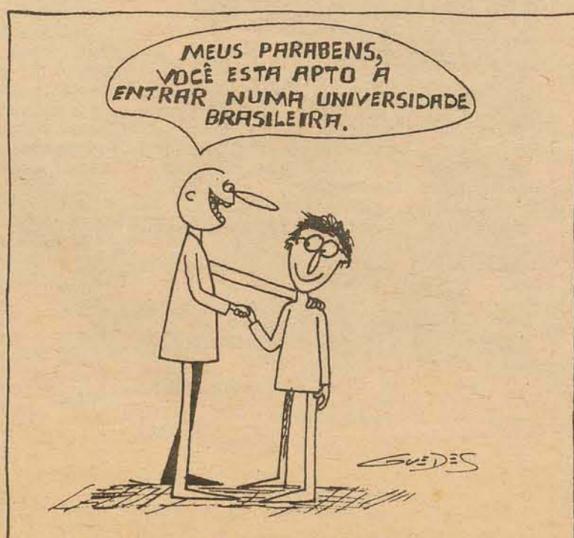
O PROFESSOR TEM SEMPRE UM QUADRO NEGRO PELA FRENTE

Em 1976, o então Secretário da Educação (atual Secretário da Casa Civil) Salomão Ribas Junior — que nunca foi professor — reduziu as cinco aulas diárias da rede estadual de educação, para quatro. "Se o nosso nível de ensino já era baixo — afirma o professor Luiz Carlos Sobrinho — agora mesmo é que vai piorar, pois com esta redução, ficarem 20 por cento de aulas a menos, para serem escolhidas pelos professores".

Para Sobrinho, esta medida, além de provocar o desemprego no magistério, desencentivou o professor que foi enganado. "Como as aulas passaram a ser de 50 minutos cada, o Secretário prometeu um aumento dos nossos mínguados salários, e até hoje estamos esperando".

Outra queixa do professor contra "as barbaridades econômicas do Sr. Salomão (e que estão sendo seguidas pelo atual Secretário Mário Moraes), é pela preferência que a Secretaria de Educação dá aos licenciados curtos em detrimento dos plenos para a escolha das aulas, pelo simples motivo dos primeiros receberem cinco cruzeiros a menos, ou seja, Cr\$ 25,00, contra Cr\$ 30,00 dos licenciados plenos, com melhor preparação.

No entanto, o pior mesmo para Sobrinho, são os baixos salários. "Para se conseguir um ordenado em torno de Cr\$ 4.500,00 é necessário no mínimo lecionar 40 aulas semanais e leve-se em conta, que o trabalho do professor fora da sala de aula, para preparar matéria e corrigir provas, é maior do que o tempo gasto com as aulas propriamente ditas".



A escola atual é esforço sem motivação: nada ali é claro e capaz de entusiasmar ou ao menos interessar um jovem. Funciona mediante o sistema de coação, notas e exames. O aluno ao transpor seus umbrais tem como que aberto um parêntese na vida que ficou lá fora... Aliás, os oradores de conclusão de curso, têm sempre o cuidado de ressaltar que "agora vamos entrar na vida".

Apertando os parafusos das empresas multinacionais

A verba destinada à educação em 1978 é a menor dos últimos 15 anos. O Ministério da Educação e Cultura - MEC - recebeu apenas 4,17 por cento do orçamento da União, contra 11,7 por cento de 1965.

A universidade em todo Brasil, começa errada a partir da reitoria. O professor Eduardo Osório Gisalpino, ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, afirmava o seguinte numa entrevista ao Jornal do Brasil: "Eu diria que o reitor é um representante dessa instituição (universidade) junto ao governo e não um representante do governo junto a instituição. Não se pode escolher um reitor sem que se consulte a comunidade acadêmica".

"Mas o problema do reitor até que seria secundário" afirma um aluno da faculdade de medicina da UFSC citando alguns problemas daquela área.

Haiti: talvez a próxima escala

Segundo o estudante, as aulas práticas da nona fase são feitas para 90 alunos, "que muitas vezes formam filas para olharem um microscópio. Quando estas aulas são ministradas nos hospitais, ficam 15 ou 20 alunos sobre um doente, acabando ao final que ninguém aprende nada direito".

Para ele, a consequência da má qualidade e despreocupação "é porque a medicina está voltada hoje para a comunidade brasileira e sim para uma pequena parcela de pessoas que disfrutam dos benefícios dos benefícios econômicos do modelo implantado no país".

Há uma crítica generalizada dos mais esclarecidos, tanto de professores como de estudantes, sobre a má qualidade do ensino nas universidades. "Quando sairmos daqui vamos começar a aprender", afirmou um aluno de engenharia mecânica, lamentando que "a nossa universidade está formando técnicos para as empresas. Se não temos um estudo dirigido para a pesquisa, e este sim é que é o papel da universidade, continuaremos eternamente apertando os parafusos das multinacionais que detêm o Know-how".

Alguns meses atrás, o INPS abriu um concurso para sociólogos e, apesar da baixa remuneração prometida, não aceitava os formados pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ao tomar conhecimento da restrição, um formando do curso comentou: "Diante desta, podemos arrumar as malas e seguir para o Haiti. Na América Latina, o Haiti é o único país que investe menos do que o Brasil em educação".

Mas, em Santa Catarina tudo parece ser possível. E não fosse o trágico que muitas vezes acarreta, seria verdadeiramente cômico, como esta justificativa do reitor da UDESC, que afirmou ter aumentado as anuidades da universidade - em alguns casos

em até 3.125 por cento, "para fazer justiça social".

dominação política
apropriação econômica
e controle ideológico

Assim, o ensino superior no Brasil em 1958 era 59,1 por cento público e 40,1 por cento particular. E em 1975, este quadro é violentamente alterado, ficando 80 por cento do ensino universitário por conta das empresas privadas e apenas 20 por cento sob a responsabilidade do governo.

A contenção de recursos para educação, no entanto, se constituiu apenas, num dos instrumentos utilizados para assegurar a manutenção de um regime que prepara o estudante como mero instrumento, ao invés de abrirlo para uma consciência crítica em busca do aprimoramento e da transformação e acima de tudo, para assegurar o controle ideológico, como bem coloca o professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Reni Fontana, explicando como vê o binômio educação-sociedade, no Brasil atual.

Remi Fontana: "É oportuno lembrar que há uma estreita vinculação entre organização social e o sistema de ensino adotado por uma sociedade. Assim se a educação se revela problemática num dado momento, podemos estar certos de que algo não vai muito bem como o restante das estruturas sociais do país".

"O exemplo brasileiro destes últimos anos é ilustrativo a este respeito. Foi imposto neste país um modelo de desenvolvimento econômico e social que está promovendo uma compulsiva, forçada e dramática acumulação de capital, processo este que num regime capitalista como o nosso, tem como efeito, de um lado, uma extrema concentração de rendas e riquezas em umas poucas mãos e, de outro, lado, uma situação de penúria intolável para a grande maioria da população".

"Assim a educação deixa de ser um processo de afirmação e de desenvolvimento das potencialidades inerentes ao ser humano, de construção de sua identidade social e histórica, para tornar-se mera fábrica de mão de obra alienada, gestadoras não de cidadãos, mas de agentes de um processo econômico, de cujo o controle não participam e de cujo os benefícios estão excluídos".

Desta forma, "o campo de forças que predomina na universidade e em toda a rede escolar, é o mesmo que predomina na sociedade. A crítica do ensino deve antecipar-se à crítica da divisão social do trabalho, isto é, a crítica da forma como a sociedade está organizada. O que em outros termos se requer é uma crítica simultânea dos métodos de formação e dos sistemas de ensino e das formas de dominação política, apropriação econômica e de controle ideológico".

Cresce a luta nacional por uma anistia ampla e irrestrita.



Divergir é crime? Discordar é subversão? Perguntar é um ato de desobediência? Todo o país clama pelo retorno, pela libertação e integração de milhares de brasileiros que foram vítimas de perseguições, injustiças e revanchismos por parte do regime que se instaurou no país após a derrubada do governo de João Goulart. Nessa luta, que comove a sociedade brasileira, estão solidários os mais representativos setores da vida nacional. "Acreditamos que nenhuma abertura política consequente (desde a crise que se instalou no país), será possível sem anistia ampla e irrestrita... somente a Constituinte como representação popular, poderá restabelecer a ordem política, como legítima aspiração popular", manifestava-se o Movimento Feminino pela Anistia em seu primeiro encontro nacional.

O professor Dalmo de Abreu Dallari, da Comissão de Justiça e Paz, tem sua fórmula para a anistia: "Imediata devolução dos direitos políticos a todos os que não tiverem praticado qualquer ato anterior definido em lei como crime". O professor não considera os atos institucionais como lei, para ele, "ele significa a norma jurídica aprovada por um Congresso nacional livremente escolhido".

LIBERDADE E ANISTIA

"Seria a anistia uma cura para todos os males da nação?", perguntou-se a Raimundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. A

resposta foi imediata: "Não. Ela não é o primeiro problema a ser atacado. Para nós, que almejamos sair do estado de arbítrio, o mais importante, na escala das prioridades, é restaurar certas liberdades democráticas". E explicou: "A liberdade fundamental, que é a liberdade física resguardada pelo habeas corpus. E mais a garantia da magistratura, a reforma da Lei de Segurança Nacional, a modificação da incomunicabilidade dos dez dias. Daí, como consequência, chegaríamos a anistia".

Muitos têm se manifestado sobre a anistia. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - encaminhou um memorial ao presidente Geisel em defesa da anistia. Duas mil pessoas, em julho do ano passado, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, reivindicaram anistia. O Comitê Brasileiro pela Anistia, criado o mês passado, uniu-se a dezenas de entidades que participam da campanha e proclamou: "Anistia ampla, geral e irrestrita". Em Florianópolis, o núcleo catarinense do Movimento Feminino pela Anistia vêm respondendo a todos desmandos do poder a intensificando a luta pela conquista das liberdades democráticas.

Mas, a luta continua. Uns acham que a anistia irá acompanhar as prometidas reformas políticas e será como um presente do regime aos seus inimigos considerados "menos perigosos" à estabilidade da nação. Outros acham que será mais uma conquista do movimento popular e abrangerá a todos que foram vítimas do regime militar instaurado no país após 1964.

A vitória (parcial), deste capitão da PM punido pelo ato institucional No. 1.

"A anistia é um direito se a condenação veio por uma injustiça. Por isso, ela não deve ser obtida, no sentido de cada um correr atrás, se humilhar. É uma questão de direito que deve ser definida por lei e por tribunais e não ser pedida ou esmolada", declaração do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns na abertura da Campanha da Fraternidade, cujo tema este ano é "Trabalho e Justiça para Todos".

O capitão Nery Clito Vieira, três promoções por merecimento, presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e suplente de vereador na Câmara de Florianópolis, foi uma das vítimas das perseguições e injustiças que varriam o país em 1964. Acusado de "subversivo" quando comandava o 2º Batalhão da PM, em Chapecó, foi golpeado pelo Ato Institucional nº 1, sendo compulsoriamente transferido para a reserva remunerada no dia 9 de outubro de 1964.

Mas, o capitão não se entregou. Batalhando incansavelmente reuniu cerca de 300 documentos para refutar às acusações e lutando, dia a dia, conseguiu uma vitória parcial. No dia 24 de fevereiro o juiz Volnei Ivo Carlin determinou que o Estado reintegre o funcionário, "restabelecendo integralmente" todos os seus direitos, "com o ressarcimento de todos os prejuízos patrimoniais havidos, inclusive os acessos a que teria incontestável direito e demais vencimentos e vantagens do cargo correspondentes ao tempo em que esteve igualmente demitido".

INJUSTIÇA E PERSEGUIÇÃO

A origem da punição foi uma

divergência entre o Clube dos Oficiais da PM, presidido pelo capitão Nery, e o comando da corporação e governo Celso Ramos.

A eleição do capitão para a presidência do Clube dos Oficiais, por 45 votos contra um, em 1962, que contrariava os interesses e objetivos do governo do Estado, deu margem às primeiras acusações de "subversivo". O capitão denunciava o constantemente a "frágica situação econômica vivida pelos oficiais da corporação, quando os soldados eram obrigados a vender o sangue para poder sobreviver". Esta situação motivou uma greve que teve a participação de 67 oficiais.

O governo do Estado havia convocado para o serviço ativo da PM diversos oficiais, que estavam afastados há mais de dez anos dos quartéis, conferindo-lhes postos de comando e chefia, com absurdas vantagens financeiras e promoções consideradas irregulares. O capitão, como vereador pela legenda do PSP, denunciou na Câmara Municipal, em sessão de 10 de maio de 1963, o clima de "ódio e animosidade vigente na corporação", onde os oficiais que se opunham a política do comando e do governo do Estado "eram violentamente perseguidos politicamente e punidos disciplinarmente". Por outro lado, os oficiais ligados ao governo Celso Ramos - afilhados do PSD - "eram beneficiados com favores e promoções excepcionais".

"Eu entendo que a medida não apenas foi profundamente injusta, podendo até ser considerada como uma vinda pessoal do comando e do governo Celso Ramos, mas deve-se principalmente às posições que assumi em defesa dos interesses maiores da corporação e da maioria dos seus integrantes. E flagrantemente ilegal, tantas foram as omissões e irregularidades verificadas no processo que culminou com minha transferência para a reserva", esclareceu o capitão, que arrolou mais de 100 testemunhas, mas nenhuma foi ouvida.

O capitão Nery, casado, com três filhos, permaneceu muito tempo hostilizado pelo meio em que vivia. Depois, dedicou-se ao jornalismo. Atualmente é um profissional bem sucedido nessa área, sendo assessor de imprensa da Associação Catarinense de Medicina, que acolheu o capitão marginalizado e espoliado pelas perseguições. Toda essa história fala bem alto sobre a injustiça e a ilegalidade de que foi vítima o capitão Nery Clito Vieira, assim como milhares de brasileiros que ainda permanecem sob o jugo do ódio e da animosidade.

Os presos políticos de Santa Catarina

Nos dias 9 e 10 de fevereiro, 42 catarinenses foram julgados pela auditoria da 5ª Região Militar, em Curitiba. Dezesseis foram condenados e hoje estão presos. Acusação: tentar reorganizar partido extinto ou bandido.

Todos os indiciados disseram, em Juízo, que os depoimentos foram obtidos "mediante coação e violências físicas e psíquicas", o que foi refutado pelo promotor com as seguintes declarações: "Se apanharam ou não, isso não importa, o que importa é que contaram a verdade".

Os advogados de defesa protestaram contra as sentenças, pelo seu rigor - em alguns casos foi superior à pena pedida pelo próprio promotor - e porque se basearam unicamente em provas testemunhais, e em confissões obtidas "sob coações de toda sorte" durante o inquérito policial-militar. Não havia provas materiais ou documentais. A fase judicial do processo - na

qual deve se basear a sentença - nada comprovou, pois todas as confissões foram desmentidas.

Entre os presos, estão advogados, professores, engenheiro, economista, e trabalhadores. A esmagadora maioria deles exercia atividade política junto ao MDB, e tinham vida normal e integrada às suas comunidades.

Curiosamente, foram (em geral) condenados ao dobro do tempo da prisão preventiva a que estiveram submetidos, longos períodos que variava de 1 até 2 anos.

São eles: Roberto João Motta, Ciríneo Martins Cardoso, Jorge João Feliciano, Roque Philipi, Sebastião Goulart, Ciro Pacheco, Túlio Bressiani, Jorge Leal e Valci Lacerda (2 anos); Marcos Cardoso Filho, Alécio Verzola, Wladimir Salomão do Amarante e Wilson Roselino da Silveira (3 anos); Newton Cândido e Teodoro Gercow (4 anos).

Quem pode ser beneficiado com anistia no Brasil

Presos políticos - Cerca de 200, sendo 3 deles condenados à prisão perpétua; mais da metade condenados a penas superiores a 20 anos.

Ex-presos políticos - Muitos com a limitação da condicional e sujeitos a voltarem à cadeia a qualquer momento.

Banidos - Cerca de 130; o banimento tem caráter perpétuo.

Exilados - Fala-se em 10 mil, espalhados por diversos países, segundo a comissão de Justiça e Paz.

Filhos de exilados - Crianças sem pátria, sem passaporte, negado pelo governo brasileiro.

Condenados à revelia - Vivendo na clandestinidade forçada, sofrendo dificuldades.

Perseguidos - Quem sabe quantos?

Desaparecidos - Quase cem, pelo menos que se fala publicamente.

Cassados - Mais de mil, citando apenas os que perderam os mandatos e direitos políticos.

Aposentados, reformados, demitidos, destituídos - Mais de 3.500 militares e civis atingidos pelos AI-1, 2 e 5 até março de 74.

Religiosos - Expulsos do país.

Os métodos da Arena para esmagar a oposição e se eternizar no poder.

Morador de Joaçaba denuncia os métodos golpistas, arbitrários, anti-éticos e anti-democráticos pelos quais a ARENA pretende se eternizar no poder.

Souza Neto

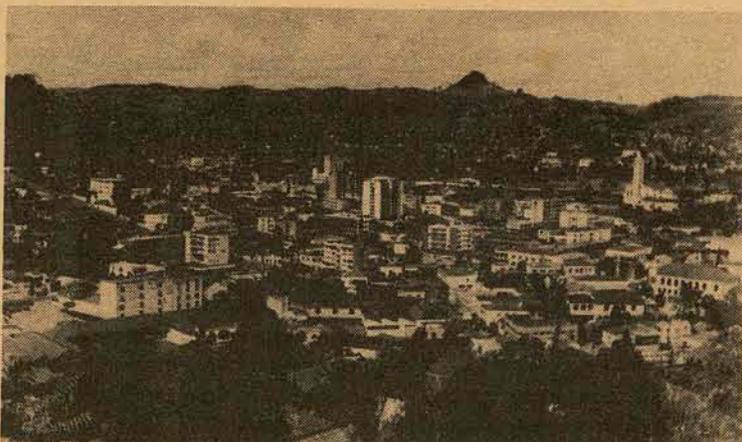
Otto Maria Carpeaux disse, alguns anos atrás, que "os problemas políticos de uma pequena província são os mesmos das capitais, só que em menor escala". Uma afirmação bastante generalizada que parece estar se confirmando cada vez com maior clareza. Por exemplo Joaçaba. Cidade catarinense com 13 mil eleitores. Vamos ver até onde o arbítrio oficializado permite o encorajamento de oportunistas e aproveitadores.

Após a criação do bipartidarismo, foram realizadas três eleições municipais. A oposição ganhou as duas primeiras, quando existiam certas liberdades como o uso dos meios de comunicação. E perdeu a última quando o acesso ao rádio e TV foram vetados e quando surgiram também meios coercitivos, colocados em prática desde a nomeação do atual e impopular governador do Estado.

Político matreiro da velha UDN, Konder Reis especializou-se na técnica golpista com as rivalidades das oligarquias catarinenses, onde as famílias Bornhausen-Konder-Ramos foram por décadas - e continuam - as mais fiéis representantes.

CHANTAGEM, COAÇÃO, CORRUPÇÃO...

Nos pequenos municípios do país as últimas eleições municipais foram ganhas com chantagem, coação e a mais desenfreada corrupção. Em Joaçaba, como em outros municípios, as pequenas e médias empresas, em aguda crise econômica, necessitam desesperadamente de dinheiro. Foi oferecido dinheiro oficial, através de injeção de incentivos proporcionados pelo Procape. Quem ofereceu foi Jaime Scherer, joaçabense e presidente do Procape, exigindo dos empresários compromissos de votar e fazer seus empregados vo-



O clima de intimidação política em Joaçaba, é o mesmo de todo o país, só que em menor escala.

tarem nos candidatos oficiais do governo.

Alguns dias antes do pleito organizaram eleições simuladas nas fábricas (isso é crime, segundo a Lei Eleitoral), marcaram os títulos de eleitor ("na urna tal deverá ter tantos votos para nossos candidatos") e prometeram a dispensa (demissão) sumária aos que votassem na oposição ou que demonstrassem simpatia por opositores.

Os operários mais "duros de roer" eram coagidos de forma indireta: suas esposas eram chamadas aos escritórios das empresas e ameaçadas com a possibilidade do desemprego e da fome. Dessa forma eram persuadidas a "dobrar" seus maridos.

Houve casos de empresários que falavam com os empregados com lágrimas nos olhos: "nos empreste seu voto, é uma questão de sobrevivência da firma (o dinheiro oficial estava evitando a falência) só este ano, nas outras eleições vamos votar todos contra o governo".

PROSSEGUE O CLIMA DE INTIMIDAÇÃO

Estas coisas aconteceram em Joaçaba, onde o governo ganhou as eleições municipais (como tantos outros municípios), usando o peso da Lei Falcão e alterando as regras do jogo político.

Depois das eleições houve a organização de esquemas de coação e constrangimento que parecem ter sido inspirados em manuais de ação fascista. Operários da prefeitura tiveram que assinar documentos incriminando o prefeito anterior (da oposição), sob a ameaça de ficarem sem os seus minguados salários. Os que se negaram foram despedidos.

Albino Sganzerla, diretor da única emissora de rádio local, pai do diretor de cinema Rogério Sganzerla, faz em Joaçaba o que os censores fazem com os filmes de seu filho. Além de proibir através dos microfones da sua estação qualquer denúncia contra o esquema de coação que foi montado na cidade, despediu, recentemente, o jornalista Iraí Zílio, portador de imunidade sindical e

funcionário da casa há 15 anos. O motivo: ser da oposição.

Há mais tempo Sganzerla despediu Normélio Zílio, ex-diretor da rádio, pelo "crime" de, exercendo seus direitos políticos de cidadão brasileiro, ter se candidato a prefeito, pelo partido da oposição. O esquema de coação passou a funcionar depois contra Normélio e outros opositores, fechando-lhes as portas a todos os empregos.

O jornal O Regional, também de Joaçaba, publicou alguns artigos do respeitável economista e professor Júlio Thomaz, nos quais ele criticava a arbitrariedade do Secretário da Fazenda Ivan Bonato (joaçabense), ao quase "arrebentar" o comércio com uma fiscalização absurda. Em seguida os anunciantes do jornal (que é independente) começaram a ser coagidos a retirar seus anúncios, sob pena de terem seus estabelecimentos fiscalizados "com rigor" pela Secretaria da Fazenda.

Pessoas que de uma forma ou de outra pertençam à oposição, são impedidos de trabalhar e as empresas que lhes dão emprego são alertadas para "o perigo" que correm de virem a ser "mal vistas pelo governo".

CÚPULA DA ARENA: PRESSÕES E MÉTODOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Entre os principais responsáveis pelas situações insólitas e ameaçadoras que o governo está criando em Joaçaba, aparece Horribil Zago, presidente da Arena local. Seu nome é citado, juntamente com os de outros "caciques", em uma denúncia feita por um arenista, Sérgio Pazim, que em artigo de jornal anunciou a instalação de um comitê para lutar pelo fim das "pressões" e dos "métodos antidemocráticos" na cúpula do partido do governo.

Gerentes de bancos oficiais agem pela mesma cartilha: nenhum empresário poderá se filiar

à oposição sem correr o risco de ter até proibida a sua entrada em estabelecimento bancário oficial. Diretores escolares e professores estaduais se inscreveram no partido do governo como forma de manterem seus empregos.

Os presidentes de sindicatos na sua maioria são pelegos. Não têm nenhuma representatividade. Frederico de Souza Matos, um dos pelegos, conseguiu ser vogal dos empregados na Junta de Conciliação e Julgamento de Concórdia, com um ordenado muito bom. Matos se candidatou a vereador em eleição direta, já que teoricamente "representava" dezenas de sindicatos com mais de 5 mil filiados. Não conseguiu se eleger porque não teve sequer 100 votos.

O Funrural também foi largamente utilizado para comprar eleitores com a promessa de isentar de recolhimento das taxas. Após as eleições tornou-se muito comum apresentarem-se para atendimento em hospitais agricultores com "isento de taxa" carimbado em suas carteiras.

ELEIÇÃO PARAGUAIA

Pertencer ao MDB hoje, em cidades pequenas, pode chegar a ser uma atitude quase heróica, cheia de perigos e riscos.

Qualquer análise que se faça do processo eleitoral brasileiro sem conhecimento das perseguições, pressões econômicas, coações, chantagens e o medo difundido entre a população, é desprovida de qualquer valor.

Com o esquema corrupto montado pelo sistema qualquer eleição torna-se uma farsa, uma espécie de eleição presidencial paraguaia.

Este é o clima político de Joaçaba, uma pequena cidade catarinense que talvez represente em pequena escala, como dizia o já saudoso Carpeaux, o próprio arbítrio, o próprio Brasil em fevereiro de 78.

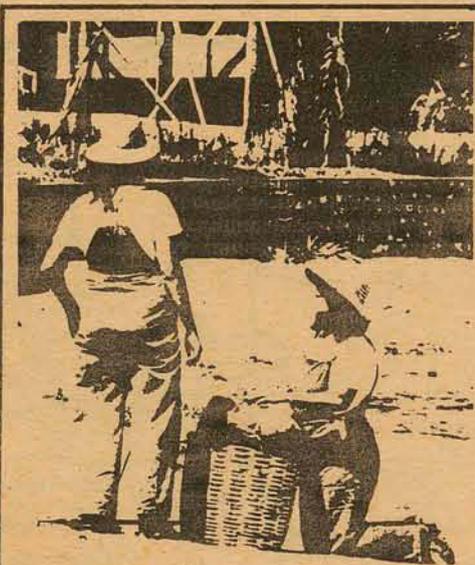
8 de março dia Internacional da Mulher

No dia 8 de março de 1908, as trabalhadoras da fábrica têxtil Cotton de Nova York declararam greve contra as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidas. As operárias da Cotton, bem como todas as outras exploradas na negra fase da revolução industrial, trabalhavam 14 a 16 horas diárias, recebiam salários de miséria, davam à luz às vezes no interior da fábrica e morriam vítimas de tuberculose aos 30 anos.

Perante a negativa do patrão diante de suas reivindicações, as operárias ocupam a fábrica. Em represália, ele fecha todas as portas e ateia fogo ao edifício. As 129 mulheres morrem queimadas.

Dois anos depois, em 1910, a Organização Internacional de Mulheres realiza em Copenhague seu primeiro Congresso. Nessa ocasião, o dia 8 de março foi instituído como o Dia Internacional da Mulher, em memória das 129 trabalhadoras assassinadas. (BRASIL MULHER, abril de 1977).

Desde 1908, outros movimentos por melhores condições de vida, de trabalho, por maior participação nas discussões das questões que afetam a vida diária de todas as mulheres, surgem em



Os deveres são cumpridos mas os direitos...

vários países.

No entanto muitos e muitos problemas continuam a existir até os dias de hoje.

No Brasil, a mulher não é encorajada e, às vezes, nem permitida a participar de uma forma ativa na sociedade.

Por séculos, tem sido educada para ser mãe, esposa e dona de casa.

Diante disso vemos o cerceamento de sua capacidade produtiva extradoméstica, seu senso crítico, seu direito de intervir, como pessoa mesmo, no meio social de que participa.

No momento em que uma família vê-se impossibilitada de manter-se com a renda proveniente do trabalho masculino, que vem sofrendo forte arrocho salarial, a mulher é obrigada a vender sua força de trabalho a fim de elevar o índice salarial familiar.

Essa sua saída do lar implica não em sua emancipação econômica e social, mas ainda, numa posição subsidiária na produção.

A força de trabalho feminina fica assim relegada a um segundo plano diante da produtividade do homem que continua sendo considerado o mantenedor da estrutura econômica familiar.

PATRIARCALISMO E ESCRAVIDÃO

O quadro geral da sociedade brasileira desde o século passado já apresentava caracteres da condição de dominação e patriarcalismo de que vem sofrendo a população feminina no Brasil.

Uma sociedade de bases escravistas, como a do século XIX, supõe a exploração da força de trabalho das mulheres escravas. Resultado direto dessa situação foi a preservação de padrões sócio-econômicos determinados por uma tradição paternalista de nossa sociedade colonial.

A mulher livre, integrante da família de senhores-de-escravos, vivia sob rígido controle social: qualquer atividade produtiva era privilégio de homens ou, fruto do suor da classe escrava.

Considerando-se as raízes de nossa cultura patriarcal que oprimindo a mulher, a restringe a limites domésticos e a uma condição de passividade, faz-se necessária uma reflexão crítica e uma atitude consequente.

É dentro dessa consciência crítica que a mulher hoje pode posicionar-se como indivíduo participante e lutar por sua emancipação e por seus direitos em todos os setores de nossa sociedade.

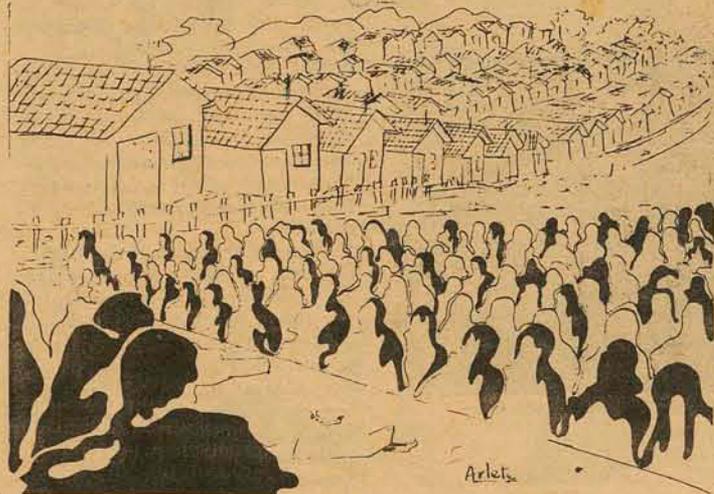
Moradores da Cohab se unem contra aumento irregular das prestações.

Os moradores de um conjunto habitacional da COHAB-SC, em Lages, foram surpreendidos com reajustes de até 50%) fora de época e sem nenhum fundamento legal. Muitos, simplesmente nem podem pagar aumentos que chegam até a Cr\$ 200,00 em cada prestação. A apreensão e a luta dos moradores por seus direitos é focalizada nesta reportagem de Nelson Wedekin.

O Banco Nacional da Habitação, com o objetivo de baratear os custos da construção, chegou a lançar um concurso nacional, com polpidos prêmios para os vencedores. É um esforço louvável, sem dúvida, para reduzir o crescente déficit habitacional brasileiro.

Mas há diferença entre intenção e ação efetiva. E não se trata apenas de aliviar os já apertados orçamentos dos mutuários (os que compram casas do BNH), acuidos entre prestações elevadas anualmente, salários que não crescem na mesma proporção, e prazos que duram vidas inteiras de trabalho.

Há também situação concreta que, na prática, desmentem os objetivos oficiais. É o caso de um conjunto de 1.044 casas populares, construídas no bairro Seminário, em Lages-SC, pela COHAB-SC.



CONFIDÊNCIA PARA 2.000

Diante do impacto causado pelo reajuste, os moradores imediatamente se reuniram, na defesa dos seus interesses, em torno da Associação, até então uma entidade de fins culturais e recreativos.

Para tomar conhecimento das razões que determinaram o aumento, mais de 2.000 moradores do conjunto compareceram a uma reunião com um advogado da COHAB-SC, Blasco Barcelos. Segundo ele, só no final do conjunto, e só a partir desse cálculo é que poderiam ser fixados os valores das respectivas prestações.

E os valores das prestações pagas até então, já não corresponderiam a esse cálculo? Não. Segundo o advogado Blasco, os valores primitivos eram só estimativos, e estavam defasados do seu custo real. As informações do Dr. Blasco foram depois confirmadas pelo presidente da COHAB-SC, Telmo Arruda Ramos, em pronunciamento que classificou como "agitadores" todos os que se levantaram contra o reajuste.

Afrânio Ramos tem clara lembrança da reunião com o portavoza da COHAB-SC. Ele lembra, por exemplo, que o Dr. Blasco se conduziu com tamanha inabilidade que chegou a irritar todos os presentes.

Afrânio anotou cuidadosamente as informações dadas pelo advogado:

- Os contratos de ocupação não têm valor nenhum.
- As casas estavam cedidas por empréstimo.
- As prestações pagas até então - dezembro de 1977 - não seriam contadas para abater do total das mensalidades.

- A ocupação das casas se deu por concessão da COHAB-SC.

- O aumento de junho próximo não seria superior a 15%.

Na mesma reunião, o dr. Blasco "confidenciou" aos 2.000 presentes, que o governador poderia resolver o problema, se os moradores encaminhassem a ele um apelo nesse sentido.

O QUE DIZ A LEI

É claro que essas informações

grantes. Para ocuparem as casas, os mutuários foram obrigados a assinar em branco o contrato definitivo. Esse contrato deve, por lei, ser assinado até 180 dias depois do "Habite-se", até hoje não concedido. Isso, depois de quase 12 anos de obras.

De outro lado, o advogado Juarez Furtado obteve um documento interno da COHAB, que relaciona os itens de composição do preço final das casas. Entre esses, aparecem elevadas somas para a aquisição de terreno e benfeitorias.

Ocorre que o terreno foi doado pela Municipalidade. E foi a Municipalidade - durante a administração do advogado da Associação, Juarez Furtado - quem realizou as obras do centro comunitário, praça de esportes e lazer, anel viário (em torno do conjunto) e asfaltamento da cidade até o bairro.

Se o Governo do Município doou o terreno e custeou as obras de infraestrutura a benfeitorias, como é que tais despesas fazem parte dos cálculos de custo, a serem cobradas aos mutuários?

QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

A situação atual fez lembrar aos moradores queixas e reclamações até então contidas, como a péssima qualidade das construções. Muitas casas estão rachando, e não podem nem mesmo ser pintadas, tão frágeis são os revestimentos da alvenaria.

É Afrânio Ramos quem assinala que uma moradia em tais condições não pode durar 25 anos, que é o prazo do financiamento. A menos que o próprio morador, a suas expensas, vá fazendo consertos e reformas ao longo do tempo.

Os habitantes do Seminário têm queixas também do administrador local da COHAB-SC, José Mesquita. Segundo eles, Mesquita é pessoa de pouca capacidade e trato, como demonstrou ao amea-

çar um morador de "passar o tractor por cima da sua casa", se ele não pagasse ou atrasasse as prestações.

O VALOR DA UNIÃO

Diante desse quadro, os moradores da COHAB-SC redescobriram o valor da união, em torno dos seus direitos e interesses comuns.

A COHAB-SC também não desconhece o poder de uma comunidade unida. Por isso, se exercem pressões contra os moradores do bairro ligados à Administração Estadual, para não comparecerem a reuniões ou pertencerem à Associação, sob pena de afastamento do emprego.

A primeira decisão dos moradores, unidos, foi o de não pagar as prestações pelos novos valores impostos pela COHAB-SC, depositando em juízo os valores vigentes em dezembro de 1977.

Paralelamente, Afrânio Ramos e o advogado da Associação gestionaam junto à Delegacia Regional do BNH, em Curitiba, buscando uma solução amigável. Não sendo encontrada uma fórmula que atenda aos interesses dos moradores, entrarão na Justiça.

O certo é que a grande maioria dos moradores não têm condições de pagar aumentos que podem chegar até Cr\$ 200,00 por mês, a mais do que o antigo valor, pois muitos deles ganham pouco mais do que o salário-mínimo. A situação está levando uma boa parte dos moradores a atrasarem seus pagamentos, o que faz pesar sobre suas cabeças o risco de perderem suas moradias.

O problema envolve mais de 6.000 lagesanos. Mas parece que os moradores estão dispostos a lutar até o fim "pelas nossas famílias, nossos filhos, nosso lar, nosso direito de morar", como diz um folheto distribuído antes da reunião com o representante da COHAB-SC.

ONZE ANOS

O conjunto começou a ser construído há mais de 11 anos, mas a empreiteira que ganhou a concorrência faluiu antes de entregar as obras.

A COHAB-SC teve que promover a reforma e a conclusão das obras, e o fez por etapas. As primeiras casas realmente terminadas e entregues datam de 1974 e a última etapa só foi concluída recentemente, em dezembro de 1977. As ocupações foram se efetivando, na medida em que se completavam as etapas.

Hoje, a quase totalidade das moradias é habitada por famílias de funcionários estaduais e municipais, bancários, comerciantes, etc. Cerca de 400 famílias assinaram um "Contrato de Ocupação com Opção de Compra" - quer dizer, uma ocupação provisória, com a possibilidade de adquirir em definitivo a moradia.

O restante das famílias nem mesmo esse precário documento possuem. A posse legal e os direitos desses moradores se caracterizam pela ocupação das casas e pelo pagamento mensal das prestações.

BOATO E MENTIRA

Até dezembro de 1977 as prestações eram reajustadas anualmente, 60 dias após o reajuste do salário-mínimo, nos percentuais estabelecidos pelo BNH, como manda a lei.

Em meados do ano passado, contudo, circularam boatos de que a COHAB-SC deveria aumentar todas as prestações, fora de época e dos níveis legais. Preocupados, os moradores encarregaram o presidente de sua Associação, Afrânio Ramos, de fazer consulta à direção da COHAB-SC, para esclarecer o assunto.

Em Florianópolis, Afrânio Ramos foi informado na COHAB-SC que os boatos não tinham nenhum fundamento. Ele voltou a Lages e tranquilizou os moradores. Era outubro de 1977.

Três meses depois, em janeiro de 1978, a grande maioria dos moradores do Seminário era surpreendida com a comunicação de que as prestações sofreriam aumentos de até 50%.

não satisfizeram os presentes. E, a partir da reunião, os moradores do Seminário resolveram se inteirar dos seus direitos.

Descobriram que "durante a vigência do contrato a prestação mensal (de amortização e juros) não poderá exceder, em relação ao salário-mínimo em vigor, a percentagem nele estabelecida".

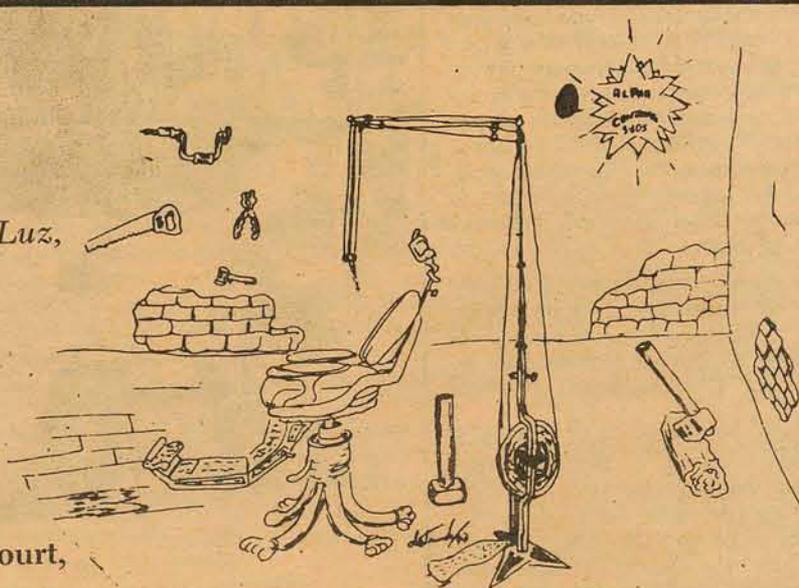
O "Contrato de Ocupação", entretanto, não estabelece esse percentual, e a maioria nem esse confuso documento possui. Mas, na verdade, o simples pagamento mensal das prestações é capaz de gerar efeitos legais, e tem o mesmo valor de um contrato escrito e formal. Se assim não fosse, porque até dezembro os reajustes foram sempre feitos em consonância com as normas do BNH?

Com contrato ou sem contrato, entre o valor das prestações pagas até dezembro/1977 e o salário mínimo, existe uma relação percentual que a lei impede que seja superada.

OUTRAS IRREGULARIDADES

Há outras irregularidades fla-

Não chore a toa. Leve seus dentes à av. Hercílio Luz, 59, ed. Alfa Centauri, sala 105, que o cirurgião dentista Arilton Bitencourt, dá um jeito.



Se quiser, marque sua consulta pelo fone 22.48.55.

No número anterior, prometemos dedicar espaço maior às cartas e aumentar o número de páginas para 16. Não foi possível nem uma coisa, nem outra. Mas seguimos em frente, hoje respondendo algumas das cartas que nos chegaram.

— *Gostaria de saber o preço do periódico "CONTESTADO" por um ano. (Eder M.M. da Silva-Blumenau-SC).*

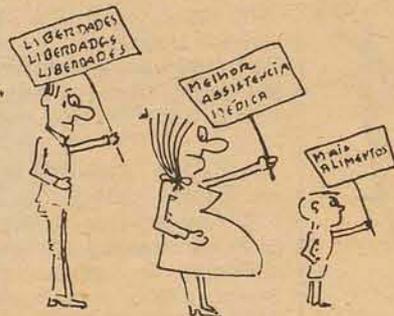
R: Neste número há formulário próprio para a assinatura em um ano. Gratos.

— *Procuraremos na medida do possível, enviar matérias que possam ser utilizadas por esse jornal, bem como colocá-los a par do acontecimentos que envolvem nossos irmãos índios e/ou pessoas que dedicam sua vida nesta causa". (Araci Maria — Regional Sul — CIMI (Xanxerê).*

— **Ficaremos no aguardo da matéria cuja pauta enviamos para o Wilmar. A quem, por sinal, desejamos já estar bem e em atividades. Reafirmamos que CONTESTADO está ao lado dos índios, oprimidos pela voragem de lucro e riqueza dos "civilizados", e que na sua ânsia de ganhar mais, desconhecem o respeito à natureza e aos direitos do ser humano.**

— *... à atual e difícil situação política brasileira, onde o povo sofre, apanha, e ainda passa fome. ... (O.T. Soares — Estreito).*

— **De fato, O.T.S., isso tudo acontece. Mas o povo está se organizando em muitos setores, está aprendendo a defender seus direitos, está descobrindo o valor da participação política, e a importância de participar: só assim se poderá mudar o quadro de sofrimento do povo, ou seja, tornando-se o povo dono do seu próprio destino. Continuamos esperando sua visita para introduzi-lo nas discussões do CONTESTADO e para debater as matérias enviadas. Gratos.**



PASTO DO GADO:

SONHOS DE GRANDEZA E

VAIDADE PESSOAL

A construção de um gigantesco estádio no Pasto do Gado, Florianópolis, e consequente desalojamento de mais de uma centena de famílias do local é bem um exemplo de como funciona o cérebro dos nossos governantes.

É bem verdade que a moda da construção de estádios - que custam somas fabulosas ao dinheiro público e depois vivem vazios - chega com algum atraso a S. Catarina.

Na visão deformada desses governantes, de qualquer modo, não entra em consideração que esses vultosos recursos poderiam ser destinados à construção de mais escolas, mais hospitais, mais postos de saúde, ou a pagar melhores salários para a esquecida e sacrificada classe dos professores.

Decidindo em confortáveis gabinetes de ar condicionado, desvinculados da dor e do sofrimento do povo, tudo o que conta é alimentar seus próprios sonhos de grandeza, e suas próprias vaidades pessoais, de perpetuar seus nomes em obras tão grandiosas quanto desnecessárias.

Paulo Evaristo: Sucessão é conchavo

"Não falo sobre a sucessão paulista porque o governador não será eleito, mas surgirá como fruto de conchavos e conversas de bastidor, onde o povo não será ouvido". A afirmação é do cardeal-arcebispo d. Paulo Evaristos Arns, durante a abertura da Campanha da Fraternidade. Para ele, São Paulo "é tão evoluído como qualquer dos países desenvolvidos, tem um povo amadurecido politicamente e não concorda, portanto, que não possa escolher o seu governante".

Mas, não são apenas os vinte milhões de paulistas que não têm acesso às urnas para escolher o seu governador. Nenhum brasileiro tem o direito de manifestar-se livremente, através do voto, para eleger seus governantes, a não ser uma centena de privilegiados que impunemente decide por toda a população. Apesar disso, as manifestações pela liberdade crescem dia a dia, e uma das maiores bandeiras de luta é a conquista do voto livre e direto para as prefeituras, governos estaduais e presidente da República.

Lei de Segurança Nacional.

— O agente governamental do "diálogo", Petrólio Portella, confirmando palavras do ministro Arnaldo Prieto, afirmou em encontro com líderes sindicais, que nas reformas políticas em estudo não está incluída nenhuma mudança na legislação sindical. Os sindicatos continuarão amarrados ao Estado, os candidatos e cargos sindicais terão de passar por crivo dos órgãos de segurança, Fundo de Garantia sim e estabilidade não, nada de negociação direta com os patrões. E muito menos se pode falar de greve. Quer dizer, nas reformas nada muda para o trabalhador. Ele continuará com baixos salários, sendo despedido quando bem quiser pelo empregador, obrigado a cumprir horas extras para sobreviver, etc. Assim, quanto mais se muda (ou se reforma), mais tudo fica como está.

MORTALIDADE INFANTIL

Nordeste: De mil crianças que nascem, 150 morrem antes de completar um ano de vida.

A informação é do Dr José Luiz Perez, coordenador do Programa Materno Infantil da Secretaria de Saúde de Pernambuco, baseada na pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde. A situação é grave se compararmos com países mais desenvolvidos onde o n.º de óbitos não chega a 20 por mil. Segundo o Dr Perez isso decorre da falta de saneamento, condições sócioeconômicas desfavoráveis, desnutrição infantil e da gestante que leva ao nascimento crianças de baixo peso e pouca resistência ao meio.

477 e "DIÁLOGO": DUAS CURTAS

— O governo tem apregoado que o Decreto-Lei 477 nem precisa ser revogado, pois está em desuso completo há muito tempo. É verdade. Os dispositivos mais drásticos do 477 já estão incorporados ao regulamento da maioria das Universidades e quando o governo quer punir estudantes que militam nos movimentos estudantis, simplesmente os enquadra na

Assine CONTESTADO, um jornal independente, que luta pelas liberdades democráticas e em favor das classes populares.

- Desejo receber uma assinatura de CONTESTADO:

Nome
Endereço
Profissão Idade
Cidade Estado CEP
Estou enviando cheque n.º ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística Tupiniquim Ltda., Rua Conselheiro Mafra 96 - Edif. Jacqueline - conj. 308 - Florianópolis - SC.

12 exemplares
Cr\$ 60,00

Expediente

CONTESTADO é uma publicação da Empresa Jornalística Tupiniquim Ltda., administração e redação à rua Conselheiro Mafra 96—Edifício Jacqueline—conjunto 308—Florianópolis-SC. Redação e colaboradores: Agenor Briguenti, Aldo Grangeiro, Celso Martins da Silveira Junior, César Valente, Beaco Vieira, Carlos Alberto Silva, Fernando Barros, Flávio Fernandes, Ivan Maranhão, Elaine Borges, Iara Maria, José Adelino, Lourival Bento, Luiz Carlos Cancellier, Luiz Lanzetta, Margarete Grando, Nelson Wedekin, Paulo Roberto Silva, Arlete T. Liberali W., Jairo Schmidt, Rosana Bond, Rogério Teixeira Figueiredo, Sérgio José Grando, Sérgio Uliano, Valdir Alves, Vera Costa, Rosana, Márcio, Carlos, Airton, Osvaldo Poeta, Carlos Damião Martins, e outros.

Jornalista Responsável: Leticia Pasqualini.

Diagramador: Clovis Paschoal Medeiros.

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. Os não assinados são de responsabilidade do Conselho Editorial: Luiz Carlos Cancellier, Nelson Wedekin, Sérgio Uliano, e Valdir Alves.

Composto e impresso nas oficinas do jornal O ESTADO, rodovia SC-401, Saco Grande, Florianópolis-SC.



BAR E RESTAURANTE

1o. DE MAIO

Comida boa e para encher a barriga, só no 1º de Maio. Refeições caseiras e à la carte.

Rua Tiradentes, 9 - Fone 22.49.25
Bem no centro da cidade.

CLOVIS JUBERTO MONTEIRO ADÍLIO TENFEN

advogados.

Rua São José, 400 - Edifício Mário Carneiro (térreo) - fone 33-2345 - Criciúma - SC

ARMANDO SERAFIM LUZIA DA SILVA

advogados

Praça Nereu Ramos, 183, sala 3. Fone 33-1903 - Criciúma - SC

Epístola aos esperançosos

Onde está a poesia? indaga-se por toda parte". (Ferreira Gullar)

"A poesia está nos fatos. Os casebres de açafão e de ocre nos verdes da favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos". (Oswald de Andrade)

"O preço do feijão não cabe no poema. O preço do arroz não cabe no poema". (Gullar)

"E escrevermos que tu não entendes! Compreendes a minha angústia?" (Agostinho Neto)

Necessitaríamos enumerar versos e versos para compreender a universalidade da luta da poesia e para responder a indagação de Ferreira Gullar.

No n.º 2 deste Jornal, Luiz Carlos Cancellier, na seção "Arte e Cultura", afirmou que "é necessário pôr em uma página de papel toda a esperança de

um povo".

Esperança talvez seja uma palavra desgastada, lugar comum, mas o articulista mesmo assim tem razão.

Se se fala em esperança, vem-nos a idéia de luta, mesmo a nível de poema, que, é evidente, não compreende apenas o espaço delimitado por uma folha de papel.

A "angústia" de que fala Agostinho Neto, é aquela com que nos deparamos todos, quando escrevemos versos: quem nos lê?

A questão está colocada: para que escrever poesia, se sabemos que seremos lidos por postas ou, mais abrangentemente, por intelectuais? Se sabemos que não é este o objetivo da poesia ou de qualquer atividade artística?

O que está errado, então?

Creio que há que se discutir

todas as questões que aqui levantamos. Há que se discutir, por exemplo, o problema da linguagem.

De que forma transmitir um recado que possa ser entendido por qualquer um, dentro de um poema?

Vejamos este poema, quase depoimento, que desenvolvi sobre a construção civil, assunto de capa do n.º anterior:

EPÍSTOLA AOS ESPERANÇOSOS

dia raia e nós não sabemos como fazê prá matá essa fome
dia raia
disgraçada fome
dia raia e eu quero construí uma casinha prá nós
minha mulhé meus filho.
(dia raia
e eu não sou só um poeta.
dia raia
e eu tomo parte de uma dor

que não é só minha)
dia raia
dia raia e nós não sabemos como fazê prá mata esses hôme
dia raia
disgraçados hôme
dia raia
nóis não aprendemo lê.
nóis não aprendemo cantá.
nóis não aprendemo amá.
nóis não aprendemo lutá.
lutá contra esses diabo desses hôme.
matá.
matá.
matá purque nós tamo enro-lado nessa vida.
construí edificio.
eu só queria uma casinha prá mim, prá minha mulhé, pros meu filho.
só uma casinha. num precisava sê esses edificio que a gente tijolo concreto tijolo concreto tijolo concreto tijolo prus hôme morá.

uma casinha.
não precisava nem sê construção civil.
a gente queria só um chão prá deitá em paiz e amá.

Pode parecer um poema esquisito, porque escrito como se fala, quer dizer foneticamente perfeito.

A questão fundamental é situar a ESPERANÇA dentro deste espaço. A esperança que deve ser transformada em luta.

A esperança deve ser compreendida como "luz no fim do túnel", e o poema deve ser levado ao nível de quem possivelmente tornar-se-á leitor. Não tem sentido apenas falar de esperança:

"o mundo é real/como a sopa/a terra o poema na página/ o salário/ a casca do ovo?"

(Raimundo Caruso)

Carlos Damião Martins

Por uma arte identificada com o povo

QUALQUER tipo de arte, seja lá qual for, música, cinema, literatura, é uma prática que só se torna real dentro de determinadas instituições. Como instituições podemos compreender os aparelhos de que dispõe o Estado. Aparelhos estes, de combate (repressivos) ou de conscientização (ideológicos). Estes aparelhos asseguram ao Estado a reprodução dos modos de produção. Mas qual a relação que pode existir entre Arte e Estado? É muito simples: uma arte só pode transformar a sociedade na medida em que a luta por desmistificar os valores impostos pela classe dominante, que é quem detem os aparelhos de Estado. E, infelizmente, o que predomina entre nós, talvez por falta de conscientização do real valor da arte, ou, por simples acomodação, é uma arte meramente acadêmica, sem quase nenhuma ligação com nossa realidade.

Por isso, "CONTESTADO", dando seguimento a um projeto de análise literária (não análise formal, mas sim, análise social), publica neste seu terceiro n.º alguns poemas do livro de Frei Beto, chamado "Cartas da Prisão", editado pela Civilização Brasileira, já em terceira edição.

ORAÇÃO DE UM PRESO

Senhor,
Quando olhares para os que nos aprisionaram
e as pesadas condenações de nossos juízes;
quando julgares a vida dos que nos humilharam
e a consciência dos que nos rejeitaram esquece, Senhor, o mal que porventura cometeram.

Lembra, antes, quê foi por este sacrifício que nos aproximamos do teu filho crucificado: pelas torturas, adquirimos as suas chagas; pelas grades, a sua liberdade de espírito; pelas humilhações, a alegria de seus filhos. Lembra, Senhor, que desse sofrimento brotou em nós, qual semente que germina, o fruto da justiça e da paz a flor da luz e do amor.

Mas, lembra, sobretudo, Senhor, que jamais queremos ser como eles, nem fazer ao próximo o que fizeram a nós. (7-7-72)

O poema acima enfoca bem um problema com o qual hoje se depara a classe dominante, ou seja, a anistia. A

anistia e o revanchismo. Temem que a concessão de uma anistia ampla em todos os seus sentidos, faria gerar por parte dos até então "oprimidos", um sentimento de revolta, e conseqüentemente, a aplicação de uma pena (castigo) aos até então "opressores". Isso porém, não passa de uma infundada justificativa para a não concessão da anistia.

Mas o medo real, como nos mostra Paulo Freire em seu livro "Pedagogia do Oprimido" (5ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978) é que "com a instalação de uma nova realidade inaugurada pelos oprimidos que se libertam, os opressores de ontem não se reconhecem em libertação. Pelo contrário, vão sentir-se realmente como se estivessem sendo oprimidos. É que para eles, formados na experiência de opressores, tudo o que não seja seu antigo direito de oprimir, significa opressão para eles. Vão sentir-se, agora, na nova situação, como oprimidos porque se antes podiam, comer, vestir, calçar, educar, passear, ouvir Beethoven, qualquer restrição a tudo isso, em nome dos direitos de todos, lhes parece uma profunda violência ao seu direito de pessoa. Direito de pessoa que, na situação anterior, não respeitavam nos milhões de pessoas que sofriam e morriam de fome, de dor, de tristeza, de desesperança. É que para eles, pessoa humana são apenas "eles" (os opressores).

Os outros, estes são "coisas". Para eles há um só direito — o seu direito de viverem em paz, ante o direito de sobreviverem, que talvez nem sequer reconheçam, mas somente admitem aos oprimidos. E isto ainda, porque, afinal, é preciso que os oprimidos existam e sejam "generosos"...

Vejam, então, que esse revanchismo alegado pela classe dominante, nada mais é que o restabelecimento dos direitos de que gozavam (os atuais banidos) quando em liberdade. E o sentimento de se tornarem oprimidos lhes vem, justamente de perderem tudo aquilo que agora eles negam à grande maioria da população.

A criança asiática morreu sob a boma disparada pelo jovem piloto formado pelo capitão sob as ordens do general promovido pelo presidente eleito pelo povo norte-americano que não sabe que matou a criança. (10-9-72)

Nesse poema, Frei Beto, nos obriga a



uma reflexão sobre a sociedade norte-americana. Diz ele que "se existe algum progresso nessa sociedade é a de terem superado qualquer sentimento de culpa". Realmente, eles, distribuem armas a fim de manterem guerras em locais instáveis, como o Oriente e a África; alimentam, quando criam, às maiores ditaduras na América Latina; sustentados em uma política de defesa da democracia ocidental cristã baseada na exploração desenfreada do capitalismo. Espalham o terror e a morte contra populações indefesas, como Hiroshima, Nagasaki, Vietnã e Coréia. E é essa mesma sociedade que agora, como que tentando restabelecer a moral perdida, envolve o mundo, através do sr. Jimmy Carter, com uma política demagógica de defesa dos direitos humanos. Deve ter crédito tal proposta ou não passará de mais uma jogada política da "Grande Sociedade Americana"?

(Fim do Cárcere)

Amaldiçoados, abençoamos;
perseguidos, suportamos;
caluniados, exortamos.
Embora tidos como impostores,
somos no entanto sinceros;
Como desconhecidos, e no entanto
somos bem conhecidos;
somos considerados como quem
morre, e eis que vivemos.
Somos castigados, ainda que livres

da morte;
Julgados tristonhos e, no entanto,
sempre alegres;
Como pobres, ainda que
enriquecendo a muitos;
Como nada tendo, mas possuindo
tudo.

A própria burguesia tem a tendência de formar categorias privilegiadas entre os artistas, e divorciá-las das grandes massas populares. Logo, o conceito de "povo" deixa de existir dentro desse tipo de arte. Passa de uma arte identificada com seu povo para uma arte elitista. Torna-se acadêmica e fechada em círculos intelectuais. E é dessa arte que a burguesia tira proveito. Ela (a burguesia), mantém a arte elitista, usando-a como um meio de exaltação da própria classe burguesa. Logo, o artista retratar em sua arte, uma visão burguesa da sociedade. Já que é nessa sociedade que ele vive. Assim ele assume todas as características dessa classe. Torna-se distante da realidade de seu povo. Aí, povo só se encaixa como classe inferior ou marginal. Os artistas perdem a identidade popular, assumindo uma identidade burguesa. E não se sentem como "povo".

Porém, essa mentalidade, ou conceito, pode ser modificada. O artista se descobrindo como classe também dominada. Tomando a consciência de que faz parte de um grande todo, e que sua atividade artística, contribui para a transformação dessa situação de dominação e dependência. Torna-se aliado ao povo para essa transformação. Sua arte tem uma forte razão de existir. "A classe média se une as camadas populares para formar um perfil do povo brasileiro, ideologicamente, mais complexo. Povo deixa de ser assim, o rebanho de marginalizados. Politicamente, povo é todo o indivíduo, grupo ou classe social naturalmente identificados com os interesses nacionais. Em contato direto com as classes subalternas, a intelectualidade percebe que também é povo" (Paulo Pontes).

Em verdade, qualquer tipo de atividade cultural deve estar permanentemente ligada realidade e aspirações das classes marginalizadas, da qual também fazem parte os artistas.

Luiz Carlos Cancellier